

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS –
FADIR

Curso de Relações Internacionais

**A utilização do dólar como variável de ajuste no Sistema Monetário
Internacional: os Acordos de Plaza e a recuperação econômica norte-
americana**

Danielle Giovanna Kerntopf

Dourados-MS
Fevereiro/2014

Universidade Federal da Grande Dourados
Graduação em Relações Internacionais

**A utilização do dólar como variável de ajuste no Sistema Monetário
Internacional: os Acordos de Plaza e a recuperação econômica norte-
americana**

Danielle Giovanna Kerntopf

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade Federal da Grande
Dourados, como pré-requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais, sob a orientação
do Prof. Hermes Moreira Junior.

Dourados-MS
2014

Dedico este trabalho aos meus pais Euclides e Helena; meu irmão Gustavo e demais familiares e amigos que acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a todos que contribuíram de alguma forma para a concretização desta etapa da minha formação profissional e pessoal. Primeiramente agradeço a Deus, por todas as bênçãos que vem trazendo a minha vida, por me dar saúde e força para conseguir seguir em frente e nunca deixar com que eu desista de meus sonhos e objetivos.

A toda minha família, essencialmente aos meus pais, Euclides e Helena, uma vez que foram eles os responsáveis pelo meu caráter e são eles que me forneceram todos os ensinamentos, os valores, os exemplos e o amor para eu me tornasse uma pessoa completa e digna. Ao meu irmão, Gustavo, que mesmo longe sempre apresentou um imenso afeto e carinho; e ainda ao meu gato, Usted, que principalmente nos piores momentos esteve comigo e demonstrou felinamente todo o amor que um animalzinho é capaz de dar.

Um agradecimento especial a meu professor orientador Hermes Moreira Junior, pela paciência, pelos esclarecimentos, pela orientação e por acreditar neste trabalho. Também, aos demais professores de Relações Internacionais, que sempre se dedicaram e contribuíram para o engrandecimento da minha formação acadêmica e para a evolução do curso de Relações Internacionais da UFGD.

Aos meus colegas e formandos da segunda turma de Relações Internacionais, principalmente a Juliana Carolina Fais e Daniela Bermejo com quem compartilhei angústias e alegrias durante esse período de quatro anos, que foram fundamentais para meu amadurecimento e crescimento pessoal. Aos meus colegas de trabalho, por sempre acreditar em mim e ajudar na minha realização profissional.

Enfim, aos meus amigos Nice e Cloves, que sempre desmedidamente despenderam esforços para me ajudar no que fosse necessário, pela amizade, pelos conselhos, pelo amparo e até mesmo pelas caronas.

Muito obrigada!

RESUMO

Os Estados Unidos vem buscando seu espaço no Sistema Monetário Internacional desde o padrão bimetalico. Neste sentido, é possível observar que necessariamente a partir do Sistema de Bretton Woods o dólar garante uma expressividade no cenário econômico mundial. Contudo, foi no padrão dólar-flexível, por meio do Acordo de Plaza de 1985 que o estado norte-americano consegue reafirmar sua hegemonia e garantir para si vantagens comerciais, principalmente por possuir a moeda internacional.

PALAVRAS – CHAVE:

1) Sistema Monetário Internacional; 2) Dólar; 3) Acordo de Plaza

ABSTRACT

The United States is seeking its place in the International Monetary System since the bimetallic standard. In this sense, it's possible observe that necessarily from the Bretton Woods System the dollar ensures expressiveness in the global economy. However, on the floating dollar standard, through the Plaza Accord of 1985 that the American state can reassert its hegemony and secure commercial advantages for themselves, mainly by having the international currency.

KEY - WORDS:

1) International Monetary System; 2) Dollar; 3) Plaza Accord

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1º CAPÍTULO – A ascensão do dólar no Sistema Monetário Internacional	9
2º CAPÍTULO – Acordo de Plaza: A Reafirmação da hegemonia norte-americana	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Um sistema monetário internacional estável é pré-requisito para que haja um ambiente econômico mundial minimamente equilibrado e confortável. Em contrapartida, um meio fadado ao colapso gera um descompasso na economia ocasionando, inclusive, grandes depressões. Para que o sistema se mantenha eficiente, alguns problemas como liquidez, ajuste e confiança necessitam ser acompanhados e monitorados. Este sistema precisa prevenir e antever mudanças desestabilizadoras na composição das reservas nacionais, uma vez que caso estas mudanças não sejam observadas podem provocar perda na confiança da moeda. Neste sentido, é válido afirmar que o sistema monetário internacional, sobretudo, influencia consideravelmente as relações entre os países, segundo Barry Eichengreen:

O sistema monetário internacional é a cola que mantém ligadas as economias dos diferentes países. Seu papel é dar ordem e estabilidade aos mercados cambiais, promover a eliminação de problemas de balanço de pagamentos e proporcionar acesso a créditos internacionais em caso de abalos desestruturadores. As nações sentem dificuldade para explorar com eficiência os benefícios do comércio e de empréstimos externos quando não dispõem de um mecanismo monetário internacional funcionando adequadamente. Independentemente de esse mecanismo estar funcionando mal ou bem, é impossível compreender o funcionamento da economia internacional sem também compreender o seu sistema monetário (EICHENGREEN, 2000, p. 23).

Diante disto, como forma de análise, alguns elementos e terminologias deverão ser explorados para que haja uma melhor compreensão dos temas que circundam o sistema monetário internacional. Podemos citar o “balanço de pagamentos” que apresenta três desdobramentos, ou seja, transações correntes; transações unilaterais; e movimento de capitais. Este balanço tem por finalidade manter o Estado ciente de sua posição mundial como credora ou devedora no país, com objetivo essencial de auxiliar a autoridade na escolha da decisão mais viável no setor político monetário e fiscal. Sendo assim, são feitos registros sistemáticos das transações econômicas, em um determinado período de tempo. Outra terminologia é “mercado cambial”, que compreende o contato entre países importadores e exportadores que buscam realizar relações comerciais através de transações cambiais. Conforme afirma Bruno Ratti (1997) existem cinco categorias de transações: entre bancos e clientes dentro do país; entre bancos no mesmo país;

entre bancos localizados em diferentes países; entre bancos e bancos centrais dentro do país; e entre bancos centrais localizados em diferentes países. Os principais atores do mercado cambial são os importadores e exportadores, mas ainda, corretoras, bancos, e bolsa de valores.

Faz-se necessário ainda entender minimamente sobre o conceito de “taxas de juros”, e suas classificações com base de cálculo no capital inicialmente adquirido, ou seja, taxa nominal; efetiva e real. A taxa de juros está amparada na relação do capital tomado e no recurso devolvido. Sendo assim, conforme afirma Vieira Sobrinho (1981) é possível definir esta taxa como o juro pago pela aquisição de capital em um determinado período de tempo. A taxa nominal se baseia na relação dos juros pagos pelo capital recebido e a taxa efetiva nos juros pagos pelo capital inicial efetivo. A taxa real de juros está intimamente ligada à taxa efetiva levando em consideração os efeitos inflacionários do período.

Dedicaremos um parágrafo para explicar um pouco sobre as taxas de câmbio, que podem ser taxas de câmbio bilaterais; efetivos, nominal e real. Baseando-se em David Miles e Andrew Scott (2005) a taxa de câmbio bilateral é expressa na conversão da moeda de um país para a de outro, ou seja, um dólar pode ser convertido em dois reais, logo a taxa de câmbio é 1:2, ou 0,5 dólar, já que 1 real compra 0,5 dólar. Para sabermos o comportamento médio, quanto a valorização e/ou depreciação, da moeda de um país em relação à outra, é utilizado a taxa de câmbio efetiva, sendo assim, é possível afirmar que esta taxa apresenta o desempenho médio da moeda. Já a taxa de câmbio nominal é a taxa na qual as moedas dos países distintos podem ser trocadas, caso necessite converter ienes por dólares será realizada a partir desta taxa. Por fim, a taxa de câmbio real informa a relação entre o que uma moeda nacional é capaz de compra em outro país, comparando ao que a mesma compra em outro, desta forma, é válido afirmar que a taxa de câmbio real é igual a taxa de câmbio nominal multiplicado a divisão do nível de preço doméstico pelo nível de preço no exterior.

Outros elementos fundamentais para entendermos o sistema monetário internacional, são a “liquidez”, o “ajuste” e a “confiança”. O termo liquidez significa, necessariamente, a facilidade em converter um bem, ou um investimento em moeda corrente, com maiores rentabilidades. No sistema financeiro a moeda é o ativo que apresenta a maior liquidez e no sistema monetário a liquidez está diretamente ligado na adequação em prover a oferta da moeda. Já o ajuste te como

função promover o equilíbrio no balanço de pagamento, buscando evitar, conseqüentemente, possíveis desequilíbrios. Para que isso ocorra faz-se preciso se atentar às mudanças nas taxas de juros; na expansão ou contração da atividade econômica; e ainda, na imposição de controles diretos sobre as transações internacionais. Enquanto que o termo confiança no sistema monetário internacional apresenta-se intimamente relacionado à prevenção de mudanças desestabilizadoras, ou seja, ao indicar uma moeda como confiante estamos garantido que ela é capaz de estabilizar, mesmo que temporariamente, os desequilíbrios monetários.

O dólar, como moeda internacional, indubitavelmente ganhou uma grande importância na economia mundial se considerarmos a história do sistema monetário internacional. Isso se torna evidente, com a gradativa ascensão e hegemonia dos Estados Unidos no cenário internacional, uma vez que por volta de 1816 e 1834, já no padrão bimetálico, o estado americano elevou suas relações de cunhagem atraindo ouro e liberando a prata, que provocou conseqüentemente uma queda do preço da prata no mercado, que colaborou, juntamente com os demais países europeus, para a definitiva entrada do padrão ouro. Este padrão teve como ator principal não necessariamente os Estados Unidos, mas sim, a Grã-Bretanha que por meio da Revolução Industrial conseguiu se apresentar como maior potência econômica do mundo e a fundamental fonte de financiamentos externos.

O Estado americano na prática aderiu o padrão ouro com a Lei de Cunhagem em 1873, por meio da omissão à prata. Desta forma, o valor do dólar chegou ao par e a conversão da moeda foi restaurada em 1879. Neste sentido, é válido afirmar que no início do século XX se constituiu um sistema internacional veementemente baseado no ouro, no qual a Inglaterra, França, Alemanha e os Estados Unidos foram os países que aderiram puramente o ouro na conversibilidade de sua moeda. O padrão ouro, fundamentado na atual hegemonia da Grã-Bretanha, conseguiu manter uma estabilidade no sistema monetário internacional, contudo o final da Primeira Guerra Mundial e o período que a separa da Segunda Guerra, foi essencial para que os Estados Unidos se mostrassem mais uma vez. Isso ocorreu, pois o estado americano saiu da guerra praticamente ileso e se transformou no maior credor mundial. Países europeus como Alemanha e Grã-Bretanha que haviam sido credores internacionais, agora dependem das importações de capitais norte-americanos para manter minimamente um equilíbrio interno e reconstruir seus países. A

década de 1920 foi primordial para a substituição plena da libra pelo dólar, conforme afirma Barry Eichengreen:

Antes da guerra, a taxa de conversão do dólar era cotada em menos centros financeiros que moedas secundárias, como a lira italiana e o xelim austríaco. Agora, a moeda americana era cotada com mais frequência que todas as rivais. Na metade da década de 1920, os aceites estrangeiros em dólar eram superiores aos aceites estrangeiros em libra esterlina por um fator de dois. Em 1924, o dólar abrangia uma fatia maior das reservas em moeda estrangeira de bancos centrais e de governos que a libra. (EICHENGREEN, 2011, p.32).

Os Estados Unidos que foi o principal apoiador da Grã-Bretanha no período da Primeira Guerra, não mais se dispôs da mesma ajuda com o final do conflito. Diante disso, a Grã-Bretanha já não mais conseguia manter a conversibilidade da libra em ouro. Como os Estados Unidos fora a única economia que conseguiu manter a conversão de sua moeda em ouro, ele despontou como a maior economia do período, contudo a liderança assumida pelos Estados Unidos tanto em esfera econômica quanto financeira, não proporcionou instantaneamente a ascensão do dólar como a moeda internacional, uma vez que as relações comerciais e financeiras do estado americano com os demais países ainda não se apresentavam de forma harmoniosa e concisa para manutenção de um sistema internacional. Mas, foi o fim do padrão ouro que trouxe como consequência imediata a Grande Depressão de 1930, como apresenta Gilpin (2002). Os Estados Unidos para conter os abados causados pela crise desvalorizou sua moeda em 1933, assim como muitos países europeus, foi desta forma que os países conseguiram estabilizar temporariamente o sistema.

A Grã-Bretanha perdera seu papel de potência hegemônica para os Estados Unidos. O momento em questão buscava manter as metas internas de bem-estar social, estáveis, uma vez que os interesses nacionais gozavam maior relevância. A ausência de uma liderança plena levava a economia mundial a uma era de hostilidade. Foi neste contexto que o estado americano ascende, em um cenário anárquico economicamente e em crise, assumindo as responsabilidades de liderança. As prioridades então eram o restabelecimento do crescimento econômico com pleno emprego e a criação de uma ordem monetária mundial equilibrada.

Visando evitar um período de alta instabilidade econômica e grave crise como ao final da Primeira Guerra Mundial, ainda durante a Segunda Guerra acontece a Conferência de Bretton Woods, em 1944, que objetivava a criação de uma nova

ordem monetária internacional. O sistema de Bretton Woods deu abertura à inauguração do padrão ouro-dólar, trazendo como elementos fundamentais: o câmbio fixo se tornou ajustável; houve um controle para limitar os fluxos de capitais internacionais; bem como a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), que possuía como finalidade monitorar as políticas econômicas e possibilitar financiamento a países em risco que apresentem um balanço de pagamento desequilibrado (Gyohten e Volcker, 1993).

O sistema de Bretton Woods fora fundamental para o processo de expansão do comércio internacional e da crescente interdependência entre os países em esfera econômica. A hegemonia econômica norte-americana torna-se o principal combustível para o desenvolvimento do sistema monetário internacional e o dólar garantia a liquidez que a economia precisava. Os Estados Unidos com a responsabilidade de administrar o sistema monetário internacional, norteados essencialmente pela Federal Reserve norte-americano, procurou investir em uma política de reconstrução e desenvolvimento dos países capitalistas Europeus e da Ásia através Plano Marshall. A inauguração o padrão ouro-dólar, apoiado na hegemonia da economia norte-americana estabelecia a confiança que os demais países necessitavam, “o dólar valia tanto quanto o ouro; na verdade, valia mais, e tornou-se em todo o mundo o principal meio de troca, unidade de conta e reserva de valor” (Gilpin, 2002, p. 155).

A hegemonia norte-americana instaura um ambiente de interdependência e após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos exercem o papel de estabilizador do sistema. Havia no período uma menor preocupação quanto a taxa de câmbio, devido a favorável posição da economia americana no cenário internacional. Contudo, o crescimento exacerbado da inflação mundial, bem como o descontentamento dos países que estocaram dólares, levariam os Estados Unidos a repensar sua política de liderança. Devido a crescente inflação, que circundava a economia mundial interdependente, os governos foram tentados a manipular as taxas cambiais para atender seus interesses. Desta forma, é possível afirmar que a crescente inflacionária colaborou diretamente para o fim do sistema de Bretton Woods em 1973, uma vez que a hegemonia norte-americana com objetivo de ampliar sua liberdade econômica e política, e começa a estabelecer medidas não alinhadas com o sistema, entre elas a que propunha a suspensão de conversibilidade do dólar em ouro.

Neste período de transição do padrão ouro-dólar, os Estados Unidos não mais dispunham de um amplo prestígio na economia internacional, inclusive por parte da Alemanha Ocidental. Diante disso, os Estados Unidos, em consentimento com seus parceiros econômicos, abandonam as taxas de câmbio fixas para adotar o sistema de taxas de câmbio flexíveis/ flutuantes, oficializado em 1976 em uma reunião juntamente a membros do FMI em Kingston, na Jamaica. Nesta reunião, outros elementos também fundamentais para entender a mudança de contexto, ou seja, o ouro como papel reserva é reduzido; o FMI amplia as cotas, essencialmente aos países da Opep; incentivos por meio de financiamentos a países menos desenvolvidos; e por fim, os países assumiriam a fixação do valor de sua moeda. Há quem diga que um processo de renacionalização do sistema monetário internacional é pensado, isso porque a responsabilidade dos Estados é que determinarão o valor de suas moedas. Sendo assim, com essas mudanças o dólar não mais pode ser convertido em ouro.

A Conferência de Jamaica, como já mencionado, estabeleceu algumas ações que transformaram o ambiente monetário no cenário nacional quanto internacional. A principal mudança foi a flexibilização da taxa de câmbio, entretanto, mesmo com esta mudança do padrão para o dólar flexível, não era possível garantir a solução para as crises do padrão ouro-dólar, uma vez que em meados dos anos 1980, algumas economias cresceram e outras não. Neste contexto, nos anos de 1976 a 1981 todas as políticas de valorização e expansões monetária do dólar nos Estados Unidos geraram impactos negativos diante do resto do mundo. Sendo assim, em 1985 é estabelecido o Acordo de Plaza, que impulsionou o dólar para baixo, ocasionando a desvalorização da moeda para a estabilização comercial com os demais países, essencialmente Japão e Alemanha, conforme menciona Serrano (2007).

Até a efetivação do padrão dólar-flexível, o padrão que imperava era o dólar-ouro, por meio de uma taxa de câmbio fixa. Conseqüentemente, o Japão e a Alemanha se beneficiaram desta taxa, uma que suas economias estavam se recuperando da guerra, e somente através de estímulos norte-americano foi que estes países conseguiram sair de um status baixo de competição no mercado internacional para então competir com os Estados Unidos, em diversos ramos do comércio. Neste contexto, vale ressaltar os setores tecnológicos de alta intensidade, que gerou grandes déficits na balança comercial dos Estados Unidos em relação ao

Japão e a Alemanha, levando o estado norte-americano a encontrar dificuldades de se recuperar da crise econômica gerada, essencialmente, com o choque do petróleo dos anos 1970.

Diante do exposto, estabelecendo como parâmetro o fato do dólar se apresentar como moeda internacional e conseguir proporcionar ao sistema monetário internacional uma maior confiança, mantendo-se como a moeda fundamental neste cenário em questão de faturamento e liquidação de transações internacionais; observando, ainda, que as principais *commodities* estão precificadas em dólar; e que esta moeda corresponde por quase metade do estoque mundial de títulos de dívida internacionais, conforme afirma Barry Eichengreen (2011). Objetivo desse trabalho é analisar como os Estados Unidos se utilizam do dólar, no sistema monetário internacional, para obterem vantagens comerciais e gerar estabilidade econômica interna em momentos de crises nacionais ou internacionais. Desta forma, o Acordo de Plaza foi o meio utilizado para apresentar a hegemonia dos Estados Unidos no padrão dólar flexível, bem como demonstrar como as variações da taxa de câmbio na moeda americana proporcionou um ambiente vantajoso à economia americana, em detrimento de outras moedas e economias nacionais também atreladas ao mesmo padrão monetário do sistema internacional. Conforme afirma Patricia Arienti, (2013):

Apenas o país emissor da moeda global pode adiar os custos econômicos e políticos do ajuste interno ao desequilíbrio externo, uma vez que ele pode financiar seu déficit externo com a sua moeda doméstica. Assim, o fato dos Estados Unidos serem o país emissor da moeda reserva permite ao país manter um déficit crônico na conta corrente e, ao mesmo tempo, adiar a implementação do ajuste recessivo ao desequilíbrio externo, através da redução do consumo privado e da redução dos seus gastos militares. Dessa forma, a condução de sua política econômica pode ser feita a partir apenas dos interesses internos. Em outras palavras, o poder monetário do dólar no nível-macro está relacionado a sua capacidade de evitar os custos internos do ajustamento recessivo às restrições externas: por ser o país emissor da moeda de reserva internacional, os Estados Unidos podem determinar sua política econômica doméstica sem que precisem enfrentar restrições externas ao seu Balanço de Pagamentos (ARIENTI, 2013, p. 5)

Neste sentido, o trabalho encontra-se dividido em quatro partes. Inicialmente, com esta introdução que apresenta o conteúdo abordado no trabalho; na segunda parte é apresentada uma análise histórica do sistema monetário internacional, estabelecendo como lapso temporal o fim do padrão bimetalico, final do século XIX,

até o padrão dólar flexível, necessariamente o período que contempla o final do século XX, especificamente até 1995, estabelecendo no padrão dólar flexível o foco fundamental. Na terceira parte, abordaremos a hegemonia dos Estados Unidos no padrão dólar flexível, em meio às taxas de câmbio flutuante da década de 80. Esta intensa variação cambial, fez com que o dólar entre os anos de 1983-85 obtivesse uma grande valorização, necessitando ajustes macroeconômicos para estabelecer um alinhamento entre as moedas dos demais países. Neste contexto, daremos ênfase ao Acordo de Plaza de 1985, estabelecido pelos Estados Unidos em Nova York, através da administração Reagan, juntamente com os ministros das Finanças e os presidentes dos bancos centrais dos países do G-5, que formalizaram a desvalorização do dólar, e a conseqüente reafirmação da hegemonia norte-americana.

Enfim, na última parte do trabalho será apresentado as considerações finais da pesquisa, na qual dedicaremos um espaço ao Acordo de Plaza Invertido (1995), que faz necessariamente com o dólar o inverso do ocorrido no Acordo de Plaza de 1985, demonstrando que a manipulação do sistema monetário internacional através da relação entre taxa de câmbio e o equilíbrio do balanço de pagamentos é utilizada como recurso estratégico em momentos de instabilidade e incerteza. Vale afirmar, ainda quanto à metodologia, que o este trabalho foi realizado reconhecendo como base essencial à pesquisa de cunho bibliográfico, com objetivo de formular e gerar os conhecimentos primários e secundários, ou seja, conhecimentos essenciais destinados ao avanço do processo da pesquisa, recorrendo assim as obras e aos autores que dedicaram seu tempo a área de estudos em questão.

CAPÍTULO 1- Ascensão do dólar no Sistema Monetário Internacional

O objetivo deste capítulo é apresentar o cenário histórico do sistema monetário internacional, analisando o padrão ouro clássico, ouro-dólar e dólar flexível. Apesar de muitos economistas acreditarem que o dinheiro e o sistema monetário internacional podem ser política e/ou economicamente neutros, no mundo moderno com a autonomia dos Estados, bem como através das normas e convenções que exercem forte influência sobre os governos, esta hipótese é um tanto quanto discutível. Segundo Gilpin (2002) na época pré-moderna, as moedas internacionais apresentavam autonomia política e econômica, estavam livres da influência dos governos, sendo assim a capacidade de manipulação era limitada. Com o decorrer dos séculos o dinheiro foi se transformando, gradativamente, em uma criação do Estado. O Estado passa a controlar a oferta e a demanda de dinheiro, bem como o nível da atividade econômica nacional e internacional.

Um sistema monetário internacional é o responsável por manter as economias dos diferentes países em conexão, possuindo a função de dar ordem e estabilidade à economia mundial. A estabilidade monetária é elemento fundamental para que não aconteça o colapso do sistema. Neste sentido, para que haja um sistema monetário internacional estável e eficiente, o mesmo precisa resolver problemas de liquidez, ajuste e confiança, conforme apresenta Gilpin (2002). Referente à questão de liquidez, é o meio de manter uma oferta adequada de moeda para poder financiar o comércio, facilitando os ajustes e proporcionando reservas financeiras, ou seja, proporciona acesso ao crédito internacional em casos desestruturadores. Os problemas de ajustes são solucionados conforme os métodos utilizados para resolver os desequilíbrios nacionais de pagamento, os mais usados, normalmente, são as mudanças das taxas de câmbio, a contração ou expansão da atividade econômica interna e o controle sobre as transações internacionais. Enfim, o sistema precisa, ainda, cuidar das discussões sobre a confiança da moeda, isto somente acontecerá prevenindo as mudanças desestabilizadoras na composição das reservas nacional. Gilpin afirma que:

Um sistema monetário que funcione adequadamente representa o nexo crucial da economia internacional: facilita o crescimento do comércio, os investimentos externos e contribui para a interdependência global. (...) Portanto, a eficiência e a estabilidade do sistema monetário internacional são fatores vitais da economia política internacional (GILPIN, 2002, p.138).

O dinheiro é um fator de grande importância na política mundial. No mundo moderno a moeda ganhou ainda mais significado, uma vez que o Estado adquire o controle político e econômico sobre a moeda, amoldando-a conforme seus interesses. Isso se dá essencialmente pela variação das taxas de câmbio adotadas pelos governos. O sistema monetário internacional é influenciado pelos arranjos adotados pelos países envolvidos na questão, neste sentido, a decisão tomada por um país determinará os precedentes adotados pelo outro e assim sucessivamente, determinando uma *função de trajetória*, como apresentado Barry Eichengreen (2000). A *função de trajetória* é a mudança de uma direção para outra, sendo assim, quando a Grã-Bretanha adotou o padrão ouro no século XVIII, procurou colocar o sistema em uma trajetória na qual posteriormente foi aceita pela maior parte do mundo. E é neste curso que caminha o sistema monetário, ou seja, através da evolução histórica que se encontra a garantia de uma mudança de trajetória.

Para entendermos a existência dos padrões, faz-se necessário, como sugere Ferguson (2009) compreender a cunhagem das moedas em metais. Durante toda a Idade Média até a Era Moderna os metais preciosos (cobre, prata e ouro) foram utilizados como moedas, e quando fundidos eram estabelecido o valor apropriado para a transação. Sendo assim, o que indicava a hegemonia de um Estado era a quantidade de metal que ele continha. O ouro já no século XIV fora usado como moeda em grandes transações comerciais por quase toda Europa, entretanto a prata sempre foi a predominante no uso cotidiano, uma vez que o cobre era muito pesado e o ouro era muito leve. A combinação entre os metais era o que garantia a base para as relações e compensações internacionais, ou seja, um país poderia compensar um déficit em seu balanço de pagamento realizando a transferência de metais.

No início do século XIX somente a Grã-Bretanha havia adotado o padrão ouro, até então os países adotavam, conforme os estatutos monetários, a circulação e a cunhagem tanto moedas de ouro quanto de prata, essa prática ficou denominada como *padrões bimetálicos*. Esses países faziam uma intermediação entre as nações que aderiram ao padrão ouro e ao padrão prata. Os praticantes do bimetalismo para fomentarem o seu mercado, sustentam simultaneamente tanto o ouro como a prata, levado em consideração as expectativas, ao absorverem prata liberavam o ouro, desta forma, quando a prata estava em baixa o ideal era importar o metal para garantir uma antecipação, em contrapartida realizar a exportação do ouro. O padrão

bimetálico durante anos conseguiu manter uma influência estabilizadora e eficaz nas variações e estocagem de ouro e prata. Na França, por exemplo, o bimetalismo reinou por décadas, na qual Napoleão Bonaparte com o objetivo de incentivar tanto a circulação de ouro e prata elevou a proporção bimetálica. A França manteve esse padrão até a década de 1870.

Focando o caso da Inglaterra, é possível observar que o bimetalismo esteve presente até o final do século XVII. O ouro estava supervalorizado na casa da moeda e o Brasil que era o principal transportador deste metal para cunhagem na Inglaterra, continuou com sua produção. A prata estava cada dia mais subvalorizada, então para manter a circulação de ambos os metais, as autoridades inglesas teriam que aumentar o preço da prata na casa da moeda ou diminuir o preço da cunhagem de ouro. Neste sentido, as autoridades preferiram reduzir o preço do ouro, mas os últimos ajustes realizados por Isaac Newton em 1717 mostrou uma insuficiência em manter a moeda de prata em circulação, já que a mesma continuava subvalorizada e a produção de ouro só aumentava. Diante disso em 1774 foi reconhecida a adoção do padrão ouro clássico pela Grã-Bretanha.

Com a adoção inesperada e acidental do padrão ouro, a Grã-Bretanha firmou-se como potência industrial e comercial no mundo. A Inglaterra representava a ilha de estabilidade monetária, na qual o mercado britânico, realizando suas ações em torno do ouro, financiava o comércio de muitos países da Europa, inclusive, da Alemanha através de créditos em libras esterlinas (estáveis em medidas de ouro). Aos poucos toda a Europa abraçava a criação do padrão ouro, a Alemanha ao vencer a guerra Franco-Prussiana, atribuindo à França, por meio do Tratado de Paz de Frankfurt em 1871, uma indenização de 5 bilhões de francos, a partir de então o marco alemão também está baseado no ouro, forçando, evidentemente, o estado alemão a vender prata para adquirir ouro nos mercados mundiais. Essa atitude da Alemanha, somada ao pioneirismo da Inglaterra, provocou uma reação em cadeia, uma vez que o fato da Alemanha ter liquidado seus estoques de prata leva o metal a uma subvalorização no mercado, obrigando outros países abandonarem o bimetalismo em relação ao padrão ouro ou a se submeterem a uma importação inflacionária do metal.

Eichengreen (2000) garante que a Revolução Industrial inglesa no século XIX foi fundamental para que o país se firmasse como potência econômica do mundo, uma vez que a industrialização e as suas práticas monetárias em torno do padrão

ouro contribuíram para que gradativamente a Grã-Bretanha se tornasse fonte financeira mais viável e crescente em questões e financiamento externos. Contribuindo, para que outros países adquirissem confiança no mercado britânico e fomentasse suas relações comerciais. Essa situação foi fundamental para que os países que pretendiam manter as relações com a Inglaterra se espelhassem nela e vislumbrassem para si o padrão ouro. Nota-se que em pouco tempo vários países aderem ao padrão ouro, a Espanha era o único país da Europa que, ainda no final do século XIX, circulava papel-moeda não conversível. Tardamente a Áustria-Hungria e a Itália atrelavam suas moedas às nações já adeptas ao padrão. Logo após, a Ásia, quando Japão e Rússia adotaram; bem como sucessivamente com adesão da Índia, Ceilão e Sião; e na América Latina com a Argentina, México, Peru e Uruguai. É válido afirmar que os Estados Unidos na prática também adota o padrão ouro.

No século XX finalmente surge um sistema internacional atrelado ao ouro, entretanto isso não significa uma estrutura monetária nacional semelhante por todo o globo. Quatro foram os países que efetivamente adotaram o padrão baseado no ouro, ou seja, Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos, na qual a moeda que circulava no ambiente nacional assumia a forma de moeda de ouro, podendo no meio circulante ser convertida. Nos Estados Unidos o padrão ouro obteve algumas restrições até 1900, por norma do Tesouro, exigindo a o governo adquirisse prata. Somente em 1900, que o compromisso se fechou literalmente através da Lei do Padrão Ouro.

Uma das medidas dos bancos centrais para incentivar a entrada de ouro no país era a concessão de empréstimos sem juros. Entre os bancos nacionais, Banco da França ou ainda Reichsbank alemão, a obtenção do metal era feita através das trocas entre suas agências, para minimizar o tempo e o custo de transporte. Em outros países que adoraram o padrão ouro, mas que possuíam como dinheiro em circulação o papel, prata e moedas representativas, normalmente efetivava o padrão quando exista uma solicitação, na qual o governo convertiam seu dinheiro circulante em ouro a um preço fixo, contando para com isso com a ajuda de bancos centrais ou nacionais. Os bancos centrais, normalmente, eram instituições privadas que ao prestarem serviços ao governo, recebiam o monopólio do direito de emitir títulos bancários. Na Grã-Bretanha, sentiu a necessidade de separar a função bancária e monetária, criando um Departamento Bancário e de Emissão.

Quanto às reservas internacionais, vários eram os países que mantinham uma parte de suas reservas em títulos do Tesouro Britânico e/ou em depósitos bancários em Londres, desta forma se necessitassem retirar alguma quantidade em ouro, o banco central convertia o equivalente em libras esterlinas no Banco da Inglaterra. Essa prática tornou-se comum e crescente essencialmente às vésperas da Primeira Guerra Mundial. A libra esterlina possuía 40 % das reservas em divisas estrangeira por volta da década de 1880. A Grã-Bretanha operava por meio de um *sistema fiduciário*, na qual o banco central tinha autonomia para realizar a emissão limitada de moeda não lastreada em ouro, neste sentido, conforme afirma Barry Eichengreen (2010, p.50) “isso permitia ao banco descontar ou adquirir bônus e injetar moeda em circulação sem adquirir ouro ou transgredir o estatuto do padrão ouro”. É válido afirmar que esse sistema monetário apresentava um ideal liberal do *laissez-faire* analisado por Benjamin Cohen como sendo:

Uma ordem monetária internacional impessoal, totalmente automática e politicamente simétrica, a depender apenas da combinação da flexibilidade dos preços internos e dos limites naturais da produção do ouro para assegurar a solução ótima tanto do processo de ajuste como suprimento da reserva (COHEN, 1997, p.79).

O padrão ouro agregava, ainda, um *modelo de fluxo de moedas metálicas*, esse modelo foi proposto por David Hume 1752, na qual a circulação de moeda de ouro pelo mundo baseia-se na transferência deste metal de um país para outro, na medida em que um importava fazia o pagamento exportando ouro. Sendo assim, com menos dinheiro em circulação em países com déficit em seu balanço de pagamento seria possível registrar uma queda do preço do ouro; em contrapartida com o aumento da circulação do metal em países superavitários, observaria no exterior uma elevação do preço da moeda. Essa alteração no preço relativo do metal é o que justifica o modelo de fluxo.

Contudo o modelo de Hume não foi capaz de apresentar a complexidade do padrão ouro, para deixar o modelo completo deveria contar com análises sobre fluxos de capitais internacionais, bem como a contava com a ausência de remessas internacionais do metal. O modelo somente teve ampliação com o final da Primeira Guerra Mundial em um relatório na Comissão Cunliffe. A grande diferença estava no meio circulante, que a partir de então assumiria a forma de papel-moeda, e o ouro era transferido de um banco central para outro. O banco central também possuía

autoridade para intervir promovendo ajustes do meio circulante caso o país deficitário começassem a perder ouro. Outro fator primordial adotado pelo banco central eram as *taxas de redesconto*, através delas o banco poderia interferir no volume de créditos doméstico, aumentando ou reduzindo o crédito para estabilizar o balanço de pagamentos sem fazer a transferência de ouro. Neste sentido, os bancos centrais possuíam a liberdade para a fixação de suas políticas, tem como prioridade em suas pautas a manutenção da conversibilidade da moeda e a estabilidade do padrão ouro.

O padrão ouro clássico não era um ordenamento monetário impessoal, sendo assim, estava exposto e sujeito a manipulação das instituições humanas e assimétricas que direcionavam os posicionamentos da economia nacional. A Grã-Bretanha tinha como metas, para manter a estabilidade econômica, conter o preço do ouro, bem como apresentar um equilíbrio no balanço de pagamento. Durante décadas o país conseguiu resolver os problemas de ajuste com a manutenção do valor da sua moeda em relação ao ouro; de liquidez, já que a produção de ouro era suficiente para atender a demanda dos países envolvidos; e confiança, pois o mundo acreditou no poder hegemônico da Grã-Bretanha para manter a libra esterlina ajustada no preço do ouro. O aparecimento de novas potências industriais e o descontentamento social contra as políticas do *laissez-faire*, foram essenciais para estremecer as bases políticas e econômicas inglesas. Entretanto, foi a eclosão da Primeira Guerra Mundial que fez com que a Inglaterra não mais conseguisse manter o padrão ouro, lançando um caos monetário e econômico no mundo, ou um caos sistêmico, como define Giovanni Arrighi (1996). Neste contexto, era necessário um novo ordenamento monetário internacional.

Com o fim do padrão ouro houve a necessidade de uma substituição do ordenamento monetário para se criar um ambiente de estabilidade. Então, em 1922 a Convenção de Gênova criou o padrão ouro e divisas, baseados em taxas de câmbio fixas como o antigo padrão ouro. Contudo, o sistema de taxas flutuantes foi o escolhido provisoriamente. Até então a Grã-Bretanha possuía a liderança, porém com seu declínio e o conseqüente fim da interdependência econômica, as autoridades nacionais tenham o dever e responsabilidade de determinar o valor de suas moedas. O estado se viu obrigado a adquirir o controle sobre os recursos da sociedade, ou seja, inicia-se segundo Robert Gilpin (2002, p. 149) uma fase do “*welfare state*” assistencialista. Neste sentido, é possível afirmar que uma das

consequências da Primeira Guerra Mundial foi a nacionalização do sistema monetário internacional.

O caráter monetário foi fundamental para a reconstrução geográfica e política dos países desmantelados com pós-guerra. Os empréstimos aos países europeus, por parte dos Estados Unidos, foram essenciais para atrelar suas moedas ao dólar. Os acordos monetários internacionais estabeleceram uma liberdade de flutuação no regime cambial, sendo assim manter taxa fixa para conversibilidade da moeda em ouro, levaria um curto prazo uma desordem nos controles monetários internos. A Grã-Bretanha contou com total apoio dos Estados Unidos durante a Guerra, contudo com o fim da mesma, e o conseqüente fim do apoio americano, deixaria vulneráveis os estoques de ouro caso quisessem manter a conversibilidade do metal mantendo a libra supervalorizada, sendo assim a Inglaterra foi obrigada a suspender a conversibilidade do ouro para conter a inflação e uma quebra total. Diante do contexto, o dólar era a única moeda que conseguia manter sua conversão em ouro.

O colapso do padrão ouro foi o fator fundamental para o surgimento da Grande Depressão de 1930, esse fato se explica necessariamente porque a nova forma de estabilizar a ordem monetária levou com que muitos governos optassem pela valorização do bem-estar nacional através da manutenção do pleno emprego do que propriamente a estabilidade do sistema. A guerra ainda trouxe o conseqüente aumento o poder da classe trabalhadora, que antes resistia à flexibilidade dos salários, e impulsionava o sistema de taxas fixas. Outro fator relevante foi a retomada do padrão ouro pela Grã-Bretanha em 1925, fixando a conversão da libra esterlina em ouro, porém com um valor muito alto, estagnando a economia do país, diminuindo as exportações, bem como fazendo com que a classe trabalhadora entrasse em dificuldades. Neste sentido, a Grande Depressão se dá em grande medida devido ao fato da Inglaterra não conseguir manter sua liderança hegemônica comercial e monetária, impossibilitando-a de administrar o sistema; outro fator era o seu poder industrial que estava se desmantelando gradativamente; ainda é válido destacar os custos causados pela guerra; e a conseqüente distribuição do poder, com a ascensão de novas potências, essencialmente o surgimento dos Estados Unidos que emerge da guerra como maior credor internacional (Hobsbawm, 1995).

Porém foi a suspensão da conversibilidade da moeda em ouro pela Grã-Bretanha em 1931 que simbolizou o real fim do padrão ouro, uma vez que a libra-

esterlina se apresentava como a moeda central do sistema antes da guerra. A desvalorização da moeda inglesa representou uma quebra de confiança tanto da libra como de outras moedas que adeptas ao padrão. Inclusive as reservas de dólar dos bancos centrais estrangeiros, com receio de uma possível desvalorização, preferiram converter a moeda americana em ouro. Esta conversão reduziu as reservas do sistema monetário internacional. Assim, por volta da década de 1932, parte dos países europeus abandonaram a conversibilidade e desvalorizaram suas moedas para diminuir a inflação. Uma das principais consequências do fim do padrão ouro foi à liberdade para adotar políticas econômicas independentes.

No período entre guerras somente o dólar conseguiu manter sua conversibilidade em ouro, mas isso não significou a eficácia total do dólar até porque os Estados Unidos como forma de recuperar-se dos abalos causados pela Grande Depressão coincidiu com a desvalorização da moeda americana em 1933. Essa desvalorização de suas moedas foi essencial para que os países europeus, bem com os Estados Unidos conseguissem expandir seus setores monetários. Isso se dá, pois essa desvalorização foi capaz de eliminar o aumento dos impostos e os gastos públicos, trazendo conseqüentemente taxa de câmbio mais estáveis. Neste sentido, França, Estados Unidos e Grã-Bretanha assinaram em 1936 o Acordo Tripartite que garantiu uma reconstrução do sistema de comércio multilateral, baseando-se monetariamente na desvalorização de suas moedas. É válido ainda afirmar que durante e após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos liderou a reconstrução do sistema monetário internacional, buscando formas de manter a estabilidade das taxas de câmbio para dar credibilidade e sustentação a um sistema de comércio durável.

Os Estados Unidos despontaram, historicamente, com grandes vantagens política, econômica e social. O país estava crescendo de uma maneira tão rápida, em relação aos demais países da Europa, que “de acordo com uma estimativa, de fato, se estas taxas de crescimento se tivessem mantido e se a guerra mundial tivesse sido evitada, os Estados Unidos teriam ultrapassado a Europa a região possuidora da maior produção econômica do mundo em 1925”, conforme afirma Paul Kennedy (1991, p. 286). O crescimento acelerado do país se dá, essencialmente, com o final das guerras civis, uma vez que possuía áreas agricultáveis férteis; matéria-prima em abundância; uma evolução gradativa no setor tecnológico; poucos constrangimentos sociais e geográficos; havia uma grande

quantidade de fluxo de capitais externos, na qual no pós-guerra foi considerado o maior credor mundial; bem como não se apresentava como um perigo externo. Essas características fizeram com que o mundo observasse a potência que estava ascendendo no princípio do século XX.

Em meio à vitória dos Estados Unidos ao final da Segunda Guerra Mundial, bem como a sua crescente hegemonia, é que se reconstrói o sistema monetário internacional no pós-guerra. Diante disso, como sugere Serrano (2007) em 1944 foi realizada a Conferência de Bretton Woods, na qual a proposta aprovada teve como principal influência a delegação americana, que propunha um sistema cujas moedas bases seriam o ouro, o dólar e a libra, esta última com papel secundário. Apresentando, ainda, o FMI (Fundo Monetário Internacional) como uma fonte de liquidez em momentos de emergência e funcionando como um agente de cobranças dos credores internacionais, fazendo com que os ajustes recaíssem sobre os países deficitários, através de taxas de câmbio fixas. Keynes, representante inglês, propunha um modelo diferente para Bretton Woods, contudo a política externa americana, embasada no Plano Marshall, procurou direcionar o sistema monetário internacional buscando reconstruir e desenvolver as economias capitalistas do mundo (Europa e Ásia), defendendo um mundo livre das ameaças comunistas, que em certa medida era o que Keynes desejava. Neste contexto, é possível afirmar que o sistema de Bretton Woods inaugurou o padrão ouro-dólar.

O sistema de Bretton Woods deu abertura a uma expansão no comércio internacional, bem como da interdependência econômica dos países do globo, conforme apresenta Gilpin (2002). Entretanto, isto somente foi possível com os Estados Unidos exercendo a função de peça principal para o desenvolvimento desta economia mundial. Segundo Eichengreen (2000) foi a política monetária americana passou a dominar o sistema monetário mundial, bem como que proporcionou a liquidez que o comércio internacional necessitava. Historicamente o fim da Segunda Guerra mundial e o início da Guerra Fria se caracterizou pelo enfraquecimento das potências industriais e a vontade incessante dos Estados Unidos em vencer a Guerra Fria. Um período na qual houve um enorme crescimento na produtividade, taxas elevadas de crescimento de emprego, recuperação dos países europeus, desenvolvimento de projetos em economias capitalistas, além de um crescimento no comércio mundial. Contudo, isso aconteceu por meio de políticas econômicas intervencionistas articuladas pela potência capitalista dominante, ainda devido ao

regime de câmbio nominal fixo e pela manutenção de preços do petróleo no Oriente Médio através do controle americano e da estabilidade de sua moeda, o dólar. Instaurando assim um período de hegemonia monetária, ou seja, padrão ouro-dólar que tinha o Federal Reserve norte-americano como responsável pelo sistema monetário internacional.

Sendo assim, as primeiras décadas do padrão ouro-dólar, podem ser considerados como um período na qual as taxas de juros nominais americanas eram estáveis e as baixas taxas de inflação seguiam um modelo “rastejante”, como afirma Serrano (2007). Esses resultados positivos foram conquistados pelo esforço dos sindicatos e trabalhistas que procuravam manter ou reduzir os salários relativos, aumentando os salários nominais, que se baseavam na produtividade do setor industrial. Neste contexto, os trabalhos das organizações sindicais foram de tamanha grandeza, que inclusive setores menos dinâmicos da economia em termos produtivos, como os setores de serviços e comerciários conseguiram aumentos salariais nominais. O crescimento produtivo nos dois setores conforme afirma Franklin Serrano 2007, p.189 “(...) gerava, a partir do repasse destes aumentos do custo de mão de obra aos preços num contexto de margens de lucro nominais relativamente estáveis, taxas moderadas mas bastante persistentes de inflação, conhecidas como inflação rastejante”. Neste sentido, essas duas primeiras décadas são conhecidas como inflação moderada, atrelada ao crescimento dos salários nominais e distribuição de renda.

Serrano (2007), afirma que na década de 60, essencialmente nos países industrializados, o conformismo presente na sociedade até então foi sendo reduzido, isso aconteceu, uma vez que na nova geração de trabalhadores era crescente um ambiente de segurança política e econômica, bem como, aumentava-se o grau de militâncias sindicais e grupos estudantis a procura de seus direitos civis. Nos Estados Unidos essa reação ficou exposta com a oposição a Guerra do Vietnã e com os conflitos raciais. As primeiras consequências econômicas deste novo ambiente que se formava em esfera global foi o acirramento de conflitos em países centrais, ainda nos Estados Unidos, e na Europa em menor quantidade. Isso causou, em 1968, um aumento crescente no nível dos salários nominais nos países industrializados, ou seja, houve uma explosão salarial. Diante disso, esta explosão salarial provocou uma aceleração da inflação, contudo a política monetária americana buscou manter as taxas de juros nominais, dificultando a subida das

margens de lucros nominais, desgastando a remuneração real dos investidores em ativos financeiro. Fazendo com que vários países centrais fizessem economias nas margens reais de lucros.

Com a aceleração da inflação a primeira iniciativa tomada pelo governo americano, no mandato do presidente Nixon, foi evitar o crescimento do desemprego. A política fiscal, visualizando o bem estar social, e a monetária continuaram sendo expansionistas, reduzindo as taxas de juros nominais até 1971 pra evitar principalmente a recessão. Ainda no mesmo ano, nos Estados Unidos os ritmos de crescimento nos salários nominais começaram a ter as primeiras reduções. Conseqüentemente o regime de câmbio fixo adotado pelos americanos e o aumento da inflação, fez com que as relações comerciais dos Estados Unidos com os demais países ficassem estremecidas, aumentando as pressões internas para que houvesse uma desvalorização cambial. Como o dólar era a moeda base para o sistema de Bretton Woods, assumir a desvalorização não era uma tarefa fácil, uma vez que se discutiam problemas sobre déficit no balanço de pagamento do estado norte-americano e suas conseqüências no sistema monetário mundial, entretanto o Estado americano apresentava um superávit comercial e em conta corrente. Vale ressaltar que os déficits no balanço de pagamento começaram a ocorrer e tornavam-se constantemente maiores, contudo esta situação era contida com o próprio dólar, não com ouro. Ou seja, como os Estados Unidos possuíam superávit em conta corrente, a saída de capital a longo prazo era compensada com a entrada de recurso a curto prazo, neste sentido os Estados Unidos não perdiam suas reservas em ouro. O que garantia o Estado americano financiar qualquer déficit global no balanço de pagamento.

O padrão ouro-dólar impunha duas condições fundamentais para a manutenção do sistema, a primeira delas baseia-se no fato de evitar déficit na conta corrente, uma vez que isso implicaria em uma perda das reservas de ouro por parte dos Estados Unidos, sendo assim na medida em que os estoques em ouro diminuíssem, os pagamentos internacionais tenderiam a ser em ouro, fazendo com o dólar perdesse sua posição sistêmica monetária mundial. O segundo fator restritivo deste padrão era a obrigação em manter fixo o preço oficial do ouro em dólar, caso isto não ocorresse e as variações se tornassem altas e constantes, levaria ao abandono do uso do dólar para pagamentos internacionais. Diante disso, é fundamental destacar que esse preço foi mantido de 1947 até 1971. Esse último

restritivo garantia a credibilidade da moeda americana internacionalmente, contudo gerava um problema aos Estados Unidos, uma vez que o impossibilitada de valorizar ou desvalorizar sua moeda em relação à moeda dos demais países, que era algo possível ao demais.

Neste contexto, os Estados Unidos se viram de mãos e pés atados diante das condicionantes impostas pelo próprio padrão, já que o sucesso de reconstrução e desenvolvimento dos demais países capitalista, proposta pelos americanos, estavam gradativamente fazendo ascender um déficit comercial e uma redução do superávit de conta corrente. Sendo assim, a melhor forma de manter a competitividade americana seria desvalorizando o dólar, entretanto isso não poderia acontecer, pois implicaria na retirada do dólar como moeda internacional. Diante disso, havia a possibilidade de utilizar para pagamentos internacionais, a moeda contábil inventada pelo FMI, ou seja, Direitos Especiais de Saque, contudo o Nixon se recusou a esta proposta com receio que a mesma viesse substituir o dólar. Então em 1971, como afirma Ricardo Dathein (2005), perante a falta de uma alternativa plausível o presidente Nixon decidiu abandonar a conversibilidade em ouro por parte do dólar, e diante da dificuldade para negociação de novas políticas cambiais, impôs uma tarifa extra sobre as importações, até que todos os aliados estabelecessem um acordo comum sobre as taxas de câmbio. O acordo somente aconteceu em 1973.

O fim da conversibilidade do ouro em dólar, bem como o contexto do período, direcionou a economia a uma explosão no aumento dos preços das matérias primas em dólar. O choque das commodities marcou o início da era de grandes variações no preço das commodities internacionais, instaurando um novo regime de câmbio flutuante, que resultou o padrão monetário vivido atualmente.

A OPEP a partir de 1971 começou a pressionar por ajustes no preço do petróleo a nível internacional, bem como exigir uma maior participação nos royalties. Os Estados Unidos objetivando manter uma relação pacífica com os países árabes, visualizando a segurança energética, aceitou os ajustes de cerca de 50% do preço mundial de 1971 a 1973, aumentando, a partir de então, consideravelmente suas importações de petróleo dos países da OPEP. Baseado em Serrano (2007), a guerra de Yom Kippur foi o evento principal para maior volatilidade do preço internacional de petróleo, que quase quadruplicaram em 1973. O Estado americano, diante do contexto, procurou preservar e ampliar as reservas nacionais para garantir o abastecimento dos Estados Unidos. Isso conseqüentemente ocasionou um aumento

da inflação dos Estados Unidos e dos depois países do mundo, que naturalmente gerou uma desaceleração do crescimento da economia mundial. O choque dos preços das commodities e do petróleo, essencialmente, foi considerado como um choque inflacionário afetando diretamente as economias dos países do mundo. Nos Estados Unidos os impactos foram menores, pois o nível de importação era consideravelmente baixo e obtinham uma leve vantagem, já que o preço de desses bens eram denominados em dólar. Em 1979, através do impacto da revolução do Irã, acontece o segundo choque do petróleo, fazendo com que o preço internacional petróleo quase triplicasse, estabelecendo para ordem econômica capitalista mundial um meio de instabilidade e crescimento reduzido.

Mediante o contexto histórico, no final do ano de 1979 a política monetária americana ganha uma nova arquitetura, isso se dá principalmente pela posse de Paul Volcker ao FED, que objetivava garantir a estabilidade do sistema. Uma das primeiras iniciativas de Volcker depois do segundo choque do petróleo foi elevar as taxas de juros americanas. Isso fez com que a economia mundial entrasse em uma recessão, na qual os preços das commodities caíam e a inflação internacional reduzia-se, porém este ambiente instaurou um período de valorização do dólar até 1985. Os países industrializados do mundo não mais podiam questionar a hegemonia dos Estados Unidos e a dominação do dólar, já que os juros elevados do dólar atraíam progressivamente capitais externos. Neste sentido, os Estados Unidos retomam gradativamente o controle do sistema monetário internacional e os países centrais aceitam o novo padrão monetário, ou seja, o padrão dólar flexível.

Com a tomada de posse do Presidente Ronald Reagan, em 1981, nos Estados Unidos iniciou-se uma discussão com a classe trabalhadora e os movimentos sindicais, deixando de lado as políticas de renda de Nixon e Carter fazendo com que se agravasse a desregulamentação industrial que aliada à valorização do dólar estimulou a realocização do setor industrial, como apresenta Serrano (2007). O enfraquecimento dos sindicatos, bem como da classe assalariada, bem como a conseqüente diminuição das rendas e benefícios colaborou para o aumento das imigrações e das desigualdades salariais, que resultou na eliminação da inflação rastejante. O aumento dos juros nominais e reais determinou uma elevação nas margens de lucro nominais e reais nos Estados Unidos. Contudo, foi a crise financeira de 1982 que levou a política monetária a

apresentar uma redução lenta das taxas de juros. A economia americana, neste sentido, cresce consideravelmente a partir de 1983.

Em 1985 o Estado americano visualizou que o dólar se apresentava muito valorizado, por mais que havia um pensamento estratégico diante disso, necessitava-se engendrar uma desvalorização da moeda. Sendo assim, através do Acordo do Plaza, que durou em média 10 anos, foi estabelecido que os juros dos outros países se mantivessem acima da taxa de juros americana, na qual o dólar conseguiria se desvalorizar mesmo apresentando uma taxa de juros interna consideravelmente alta. Esse acordo garantiu a economia americana uma maior competitividade externa e a insatisfação dos demais países, já que os benefícios ficaram extremamente vinculados aos Estados Unidos, como afirma João Basilio Pereira e Marcelo Curado (2012). Neste sentido, em 1995, Robert Rubin, secretário do Tesouro americano, para evitar uma consequente crise na economia monetária dos Estados Unidos, convence o presidente Clinton a direcionar uma nova trajetória ao dólar, ou seja, um período de valorização da moeda por meio da criação de um diferencial positivo entre as taxas de juros nominais do Estado americano em relação à Europa e o Japão. Os Estados Unidos conseguiram manter sua moeda com taxas nominais superiores a dos demais países até os anos 2000, na qual o dólar se valorizava gradativamente.

Para Serrano (2007), a valorização do dólar trouxe enormes benefícios comerciais aos Estados Unidos, contudo é válido afirmar que essa valorização, atrelado ao acelerado crescimento da economia levou a um crescimento significativo no déficit em conta corrente americana. No padrão dólar flexível o déficit em conta corrente não condiciona o balanço de pagamento, já que as importações são realizadas em dólar, ou seja, o dólar é a moeda de pagamento internacional. O FED, banco central americano, é o emitente da moeda e determina suas taxas de juros em curto prazo, então é improvável a falta de dólares para pagamento externos. Valendo-se observar que como a dívida externa dos Estados Unidos é em dólar, o próprio estado, FED, determina os juros. Assim a dívida acaba sendo um ativo financeiro líquido e importante para o sistema internacional. A desvalorização do dólar, na relação monetária aos outros países traz mais danos patrimoniais aos demais do que propriamente aos Estados Unidos, uma vez que estes são detentores das dívidas externas americanas. Outro ponto a ser analisado são as commodities e o petróleo em especial, pois são precificadas em dólar então uma desvalorização

cambial da moeda americana trará pouco impacto na economia dos Estados Unidos se comparado a dos demais países.

Diante do exposto é válido afirmar o padrão dólar flexível, possuiu a “flexibilidade” de alteração das taxas de juros. A desvalorização do dólar como moeda americana pode causar pouco efeito sobre o preço internacional do dólar ou na inflação americana, já que outros países se utilizam deste contexto para oportunizarem exportações. Sendo assim, o dólar talvez pareça ineficiente por ser moeda internacional, contudo baseado nas relações interna e externas de poder, a moeda americana é a única que ainda consegue se manter líquida, ajustada e confiante.

CAPÍTULO 2 - Acordo de Plaza: a reafirmação da hegemonia norte americana

Os Estados Unidos durante a década de 1970 enfrentou alguns problemas. Fazia-se necessário adotar políticas internas para conter os problemas socioeconômicos relacionados com a explosão salarial; que possuiu influencia do aumento dos preços das commodities, bem como da crise do petróleo em 1973. Os Estados Unidos procuravam ainda reduzir os gastos com a defesa, já que o momento em questão era de conflitos radicais no Oriente Médio, que violavam os direitos humanos, além de um imenso descontentamento dos países do Terceiro Mundo com os desequilíbrios econômicos entre as nações ricas e pobres, fato também ocasionado pela crise de 1973. Neste contexto, o estado norte-americano precisava manter sua hegemonia e sua posição no sistema monetário internacional. Como o início dos anos 1970 foi um período crítico, uma das únicas formas dos Estados Unidos conseguir diminuir os déficits na balança comercial era desvalorizando sua moeda. Sendo assim, a solução imediata foi não mais manter a conversibilidade do dólar em ouro, instaurando assim o fim do sistema de Bretton Woods.

Em 1971 o presidente Richard Nixon entende que existiam no mundo cinco centros de poder econômico, ou seja, o Japão, a Europa ocidental, a China, a União Soviética e os Estados Unidos. Contudo, observa-se no estado americano uma inquestionável vantagem sobre os demais, uma vez que durante o decorrer das décadas os déficits no balanço de pagamento eram cada vez maiores, entretanto tendo o dólar como moeda essencial no sistema e visualizando que grande parte dos déficits era pagos em dólares e não em ouro, o déficit no balanço de pagamento norte americana se tornava facilmente resolvido com a saída de capital a longo prazo em dólares e a entrada de capital a curto prazo. Sendo assim, os Estados Unidos em meio a essas articulações monetárias proporcionava uma assimetria entre os demais países, já que estes países aceitavam dólar como moeda internacional. Desta forma, os Estados Unidos poderiam financiar o déficit no balanço de pagamento.

O grande problema do padrão ouro estava na manutenção da conversibilidade da moeda em ouro, isso acontece fundamentalmente por dois fatores. O primeiro dele se encontra no fato de que os Estados Unidos poderiam até ter déficits no balanço de pagamento, entretanto déficits em conta corrente deveriam

ser evitados a todo custo, pois isso levaria a uma perda de ouro pelos Estados Unidos. O outro fator fundamental para entender as restrições deste padrão, encontrava-se na necessidade em manter fixo o preço do ouro em dólar, isso gerava gradativamente um incômodo para os Estados Unidos, uma vez que não poderia flexibilizar sua moeda em relação aos demais países. Essa situação, em contrapartida, não acontecia com os outros países, uma vez que o sistema de Bretton Woods abria uma brecha para que os países, com exceção dos Estados Unidos, alterassem os preços oficiais do ouro em relação a sua moeda. Sendo assim, se o interesse estava na desvalorização da moeda frente ao dólar era só fixar o valor da moeda maior para o ouro, no mesmo sentido se o objetivo era a valorização, o inverso ocorria.

Os países capitalistas superavitários que receberam ajuda do Estado norte americano, no pós-guerra, por meio do Plano Marshall, eram agora os principais competidores dos Estados Unidos no mercado internacional. Contudo, no início da década de 70, essencialmente devido aos problemas consequentes da conversibilidade da moeda, os Estados Unidos precisam agir estrategicamente para reduzir os déficits no balanço de pagamento e em conta corrente que estavam gradativamente aumentando. Como os Estados Unidos deveriam evitar a todo custo déficits em conta corrente, bem como manter o papel moeda internacional forte e competitivo no sistema monetário era necessário a desvalorização do dólar, porém como isso não era permitido dentro das regras do Sistema de Bretton Woods e não havia nenhuma forma de desvalorizar a moeda, sem que os Estados Unidos perdessem minimamente sua hegemonia dentro do padrão dólar ouro, Nixon em 1971 decide não mais converter ouro em dólares e estabelece uma tarifa sobre todas as importações, na qual deveria ser mantida até que se chegasse a um acordo diante das taxas de câmbio, que somente ocorreu em 1973.

Indubitavelmente o fim da conversibilidade do dólar garantiu um aumento da inflação nos Estados Unidos, aliado a um acelerado crescimento da economia interna americana e do mercado mundial, além de gerar uma explosão dos preços em dólares das matérias primas no cenário internacional. Neste sentido, o choque das commodities marcou um momento difícil na economia mundial, uma vez que ocasionou uma volatilidade no mercado de commodities internacionais, que em grande medida foi resultado do novo sistema monetário vigente, ou seja, de câmbio flutuante.

A OPEP desde 1971 vinha pressionando os órgãos competentes para um reajuste nos preços internacionais do petróleo, já que se havia uma preocupação tanto geopolítica quanto econômica. O contexto era de volatilidade econômica, organização de uma política de segurança energética e conflitos entre países árabes. Sendo assim, a Guerra de Yom Kippur entre Israel e os países árabes foi o elemento fomentador da crise internacional dos preços do petróleo, que ganhou seu apogeu no ano de 1973, segundo Serrano (2007).

Os Estados Unidos diante do choque do petróleo, baseados na sua política energética de expansão das reservas internas para garantir o abastecimento interno do país, procurou emitir dólares para pagar a OPEP, o mesmo não ocorreu em outros países industrializados, o que levou a desaceleração da economia internacional, bem como alta dos preços das commodities e do petróleo. O choque do petróleo e das commodities não trouxe apenas aumento dos preços destes produtos em específico, mas também acelerou a inflação, reduziu os salários dos trabalhadores, além inclusive de diminuir o poder de compra da população. Neste sentido, conforme afirma Serrano:

Nos EUA o impacto era, de um lado, menor, por conta dos menores coeficientes de importação da economia americana e, de outro lado, maior, pelo fato dos preços desses bens serem denominados em dólar. Nos demais países industrializados o impacto era agravado pelos maiores coeficientes de importações de matérias primas e, por outro lado, amortecido pela valorização destas moedas em relação ao dólar (SERRANO, 2007, p. 201).

O sistema de Bretton Woods inegavelmente funcionou bem durante anos, contudo no início da década de 70, essencialmente com a interdependência entre os países, o padrão ouro-dólar começa a apresentar alguns sinais de instabilidades. Quando o dólar suspende sua conversibilidade e inicia a desvalorização vários países optaram por um sistema flutuante, buscando uma alternativa para diminuir a inflação. Neste sentido, os Estados Unidos, como potência hegemônica no período, juntamente com outros países influentes no sistema monetário internacional, propuseram por meio de uma Conferência de Cúpula de Rambouillet em novembro de 1975, realizada na França, uma reforma no sistema de taxas cambiais, na qual seria adotado um sistema de taxas flutuantes. Sendo assim, cada país teria o direito de flexibilizar suas taxas no mercado cambial, entretanto haveria a intervenção caso fosse necessário. É válido afirmar que neste momento a França propunha um modelo com taxas fixas, enquanto que os Estados Unidos com taxas flexíveis.

O acordo estabelecido na França foi fundamental para que em janeiro de 1976 em Kingston, Jamaica, se realizasse uma reunião, com os países-membros do FMI, para a redefinição do sistema monetário internacional e para vitória dos Estados Unidos. Os elementos fundamentais aprovados nesta reunião, segundo Bruno Ratti, foram:

a) reconhecimento oficial do sistema de taxas flutuantes, enfatizando, porém, a importância da obtenção da estabilidade; b) abolição do preço oficial do ouro e venda de parte do ouro do FMI, devendo os lucros com essa venda ser destinados à formação de um fundo de ajuda aos países subdesenvolvidos; simultaneamente, eliminação das exigências para que certas transações entre FMI e os países-membros fossem realizadas em ouro; procurou-se, desse modo, diminuir a importância do ouro e reforçar a dos Direitos Especiais de Saque; c) acesso dos países subdesenvolvidos a empréstimos do FMI, destinados a auxiliá-los em seus problemas de estabilização dos balanços de pagamento (RATTI, 1997, p. 279 e 280).

O Acordo da Jamaica, desta forma, instaurou o padrão dólar flexível. O dólar em contra partida nos seis primeiros meses após a instauração do atual padrão sofreu uma grande desvalorização até a estabilização, isso aconteceu para compensar valorizações excessivas ocorridas anteriormente. Havia inicialmente um desalinhamento quanto à viabilidade do padrão, uma vez que os governos intervieram nos mercados monetários, além promover ajustes nas políticas monetárias e fiscais relativamente proporcionais a taxa de câmbio desejada. O presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, quando assumiu o cargo em 1977, adotou uma política de estímulo macroeconômico, porém era já esperado que as consequências inflacionárias enfraqueceriam o dólar, logo a única alternativa era que outros países adotassem medidas políticas expansionistas para limitar possíveis instabilidades monetárias, contudo mesmo diante de um futuro problema japonês e europeus se opuseram a isso.

Eichengreen (2000) apresenta que quando o sistema de taxas flutuantes mostrou seus primeiros sinais de descontrole foi realizada a Conferência de Cúpula de Bonn, em julho de 1978, na qual o presidente propôs medidas anti-inflacionárias e meios de conter os gastos públicos; elevou o preço doméstico do petróleo igualando-se aos níveis mundiais, em contra partida os europeus e os japoneses adotariam políticas expansionistas. A Cúpula de Bonn foi um sucesso, uma vez que os principais compromissos foram cumpridos. Neste sentido, é interessante afirmar que a década de 70, essencialmente com a instauração do câmbio flutuante, tanto

as taxas nominais quando reais, tornaram-se mais voláteis, porém com intervenções mais moderadas, com controle de capital e disposição para adequar as políticas ao mercado de câmbio.

O final da década de 70 foi marcado pelo advento do Sistema Monetário Europeu, as mudanças na política norte-americana e japonesa. A vitória de Ronald Reagan para presidente em 1980 nos Estados Unidos, bem como a nomeação de Paul Volcker para o cargo de presidente da *Federal Reserve Board* em 1979, foi fundamental para o estado norte americano tendessem a uma maior flutuação de seu câmbio, conforme afirma Eichengreen (2000), “Volcker estava disposto a deixar as taxas de juro subirem e o crescimento da base monetária cair até qualquer que fosse o nível necessário para puxar a inflação para menos de dois dígitos.” Sendo assim, Volcker procurou valorizar, dar prioridade a queda da inflação.

Reagan tomou posse em 1981 e buscou em sua administração realizar cortes no imposto de renda da população, ou seja, iniciou um ataque à classe dos trabalhadores, aos movimentos sindicais e progressistas em geral, bem como incentivou o processo de desregulamentação industrial, que estimulou a fusão e aquisição de novas fábricas, além de promover a realocação dos trabalhadores pouco qualificados para países subdesenvolvidos. Neste sentido, é possível afirmar que o poder de barganha e de compra da classe trabalhadora americana enfrentou um período de grande redução, vale ressaltar ainda a crescente taxa de desemprego, que só não foi maior do que a da crise dos anos 30. Como consequência imediata houve a queda dos salários reais e a desaceleração do crescimento dos salários nominais, aumentando consideravelmente as desigualdades salariais (Eichengreen, 2000).

O governo de Reagan procurou aumentar os gastos com o setor militar, bem como indexou as faixas do imposto à inflação, com a derrota da classe trabalhadora e dos movimentos sindicais reduziu a período de paralisação inflacionária da economia americana e as taxas de juros norte-americanas subiram. Desta forma, para que acontecesse o desejado por Volcker, o que é chamamos hoje de “arquitetura do sistema monetário financeiro internacional”, havia a necessidade de ajustes cooperativos nas políticas macroeconômicas mais alinhadas, para poder enfrentar os descompassos das taxas de câmbio e da inflação.

Neste sentido, como afirma Eichengreen (2000) entre os anos de 1983 a 1985 foi realizada uma valorização do dólar. Esta valorização estava estritamente atrelada

aos efeitos do déficit fiscal e as taxas de juros elevadas, contudo para as autoridades a gradual elevação do preço da moeda americana apresenta-se no sucesso da contenção da inflação. Logo, alterar as taxas de câmbio seria desnecessário, pois elas eram conduzidas pelos mercados. Os Europeus e os japoneses, entretanto continuaram a focar seus esforços na estabilidade da taxa de câmbio, acreditando que a intervenção e a cooperação, bem como adoção de modelos econômicos de déficits orçamentários e taxas de juros elevadas seriam os responsáveis por trazer um desalinhamento monetário. Sendo assim, os Estados Unidos teriam que colaborar e estabelecer políticas harmoniosas para a correção deste descompasso.

A moeda americana, contudo, não parou de subir. Em fevereiro de 1985 o dólar registrou uma valorização de 20%. Desta forma, Reagan foi obrigado a promover uma intervenção no mercado de câmbio. Para tanto foi realizado em Nova York, em setembro de 1985, uma reunião secreta no Plaza Hotel, na qual os ministros das Finanças juntamente com a presença dos presidentes dos bancos centrais dos países do G-5 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido) propuseram a desvalorização do dólar. Uma das pautas era o impedimento da aprovação de uma legislação com medidas protecionista a ser votado no Congresso norte americano. Reagan temia o protecionismo, uma vez que isto poria em risco a agenda presidencial em questões econômicas, e os demais países teriam menor acesso ao mercado norte americano, como explica Eichengreen (2000).

O Acordo de Plaza, estabelecido com os principais países industrializados, garantiu que os juros dos demais países se mantivessem acima da taxa de juros americana, sendo assim o dólar poderia se desvalorizar mesmo com as taxas de juros americanas internas demasiadamente altas em termos reais. Este acordo trouxe aos Estados Unidos um período médio de 10 anos de consideráveis vantagens comerciais, uma vez que o dólar se desvalorizou quase 50% em relação aos seus principais parceiros comerciais. Conforme garante Serrano:

Esta nova desvalorização do dólar foi um sucesso para os EUA, que conseguiu atingir seu objetivo de melhorar a competitividade externa de sua indústria. Ao mesmo tempo, a valorização das demais moedas teve sérias repercussões negativas para os demais países e foi especialmente desastrosa (ao vir junto com a abertura financeira externa, também fruto de pressão americana) para o Japão (SERRANO, 2007, p. 207).

Eichengreen (2000) garante que após a divulgação do Acordo, no dia da reunião o dólar já apresentou uma queda de 4% em relação ao marco alemão e ao iene japonês, e continuou a cair gradativamente. O que inicialmente se apresentava como a promoção de uma intervenção estabilizadora, visualizada logo depois da reunião de Plaza, organizando políticas suficientemente capazes de manter as taxas de câmbio estáveis, foi rapidamente convertida na desvalorização desmedida do dólar. Os Estados Unidos, em consequência dos déficits externos adquiridos no início da década de 80, apresentavam um esgotamento dos seus ativos líquidos internacionais, logo se fazia necessário taxa de câmbio menor para tornar seu mercado mais competitivo. Em 1986, japoneses e europeus começaram a notar uma considerável discrepância nesta desvalorização, o dólar já havia mostrado uma queda de 40% contra o iene, que gerou problemas comerciais no mercado internacional japonês. Ainda, neste mesmo ano, foi negociado um acordo bilateral entre o estado americano e o Japão, que findava estabilizar a taxa de câmbio, entretanto o acordo não obteve êxito.

Devido às dificuldades que os países estavam enfrentando com a diminuição constante da taxa de câmbio do dólar, os ministros das Finanças do G-7 organizaram, em fevereiro de 1987, uma reunião no Louvre, na qual foram discutidas políticas de ajustes para estabilizar o dólar em níveis correntes; os principais bancos afetados decidiram intervir; os Japoneses buscaram outras formulas de estímulos; os alemães não se opuseram a cortes limitados nos impostos e os Estados Unidos se propuseram a estabelecer ajustes em suas políticas domésticas. É válido ressaltar, que o Fundo Monetário Internacional desempenhou neste momento um papel pouco relevante, pois ao estabelecer o FMI como coordenador de políticas entre os membros, deixava para segundo plano sua responsabilidade de supervisor de um sistema de valores.

Neste contexto, é possível evidenciar o quão difícil estava sendo para os demais países industrializados do mundo, conseguirem manter as diretrizes estabelecidas pelo Acordo de Plaza, uma vez que essa “cooperação” com os Estados Unidos acabará por beneficiar demasiadamente os interesses do estado americano. Tanto em 1988, quanto em 1989, a moeda norte-americana disparou, o que evidencia que o episódio de Plaza ou o acordo bilateral com o Japão em 1986, eram apenas meras formalidades, uma vez que os Estados Unidos não estava dispostos a efetivar mudanças na sua política doméstica, e conforme afirma

Eichengreen (2000) “(...) os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão não dispunham de uma trama de acordos interligados necessária para a efetiva implementação de uma política de ajustes.”

Em 1989, com a administração do presidente Carter, o dólar volta a cair e os Estados Unidos faz pouco caso desta situação, não havia um interesse em reajustar as políticas monetárias e conseqüentemente deter a queda da inflação. Nas administrações subseqüentes, tanto de George Bush quanto de Bill Clinton as políticas de contenção da queda da moeda foram colocadas em segundo plano. Sendo assim, o período que se estende entre 1985-1995, ou seja, período de desvalorização do dólar, de queda na inflação dos Estados Unidos, bem como da vigência do Acordo de Plaza, também inaugurou uma fase de queda dos preços do petróleo e das commodities internacionais no geral, houve uma desaceleração e um esfriamento na economia.

A desvalorização do dólar foi o elemento fundamental que para que o estado norte-americano conseguisse manter sua economia competitiva e atraísse, conseqüentemente, vantagens comerciais. Isso se dá necessariamente, pois esta baixa do dólar gerava essencialmente no início do Acordo, pouco impacto para a economia americana, afetando mais a taxa de crescimento das exportações americanas do que a diminuição no ritmo das importações. O dólar subvalorizado para outros países causou uma supervalorização das moedas nacionais, logo, o baixo nível de dólar em um país poderia se tornar um enorme problema, como foi o caso do Japão em 1992, na qual aconteceu uma diminuição dos lucros dos produtores de bens comercializáveis.

O padrão dólar flexível instaurado no pós Bretton Woods, forçou os países a aderirem à flexibilidade da taxa de câmbio. Desta forma, considerando que os Estados Unidos exerciam o papel de liderança no Sistema Monetário Internacional, pois era o detentor da moeda chave do sistema, bem como gozava de superávits em conta corrente e um balanço de pagamento minimamente equilibrado, porém com déficit. O papel de ator principal no período em questão ficou sob o controle do estado americano. Neste sentido, a responsabilidade estava a encargo da administração norte americana tanto para manter a estabilidade monetária necessária para o bom funcionamento do sistema, em meio à crise dos anos 80 e a quaisquer outras adversidades internas e externas, quanto para garantir o fomento

da sua economia interna, vislumbrando o aquecimento no setor comercial, além consequentemente algumas vantagens.

O Acordo de Plaza manteve em sua vigência por aproximadamente dez anos. Instaurou no Sistema Monetário Internacional um efeito duplo, uma vez que a subvalorização do dólar trouxe aos Estados Unidos à estabilidade monetária necessária e desejada até um determinado momento, em contrapartida forçou a valorização das moedas nacionais dos demais países como, por exemplo, o iene japonês; o marco alemão; a libra esterlina inglesa; e o franco francês, incluindo até mesmo os países que não participaram efetivamente do acordo, vê-se a lira italiana e o won sul coreano. Diante disto, é possível visualizar que a subvalorização do dólar fez com que a economia do estado americano despontasse, já que com a taxa de câmbio americana reduzida a relação importação e exportação, tornava-se favorável ao mercado norte americano, pois os demais países precisavam manter suas moedas supervalorizadas, sempre acima da taxa de câmbio americana, impactando concomitantemente em suas economias, uma vez que estes eram os países (superavitários) exportadores para os Estados Unidos. Logo, o efeito do dólar em baixa fez com que o saldo da balança comercial americana mudasse seu curso favoravelmente, bem como impactasse substancialmente, em sentido negativo, o saldo da balança comercial, essencialmente, do Japão e da Alemanha, que era os principais parceiros comerciais e os mais competitivos economicamente no cenário mundial.

Durante os anos 80, período com a qual os Estados Unidos enfrentavam tanto algumas crises domésticas, quanto déficits no saldo da balança comercial, afirmar sua superioridade era até previsível, contudo garanti lá não era tão simples. O estado americano procurou manter uma superioridade bélica durante anos, com o Plano Marshall (1947), ficou evidente que o objetivo americano era buscar reconstruir as economias dos países capitalistas da Europa e parte da Ásia através da injeção pesada de dólares, mas com a finalidade de que esses recursos fossem investidos essencialmente em pesquisa e tecnologias de ponta voltadas para bens e serviços e não para indústria bélica. Neste sentido, gradativamente, vê-se o desenvolvimento da Alemanha e do Japão, nas quais esses países até os anos 70 vão adquirindo um elevado grau de autonomia, eles eram os principais parceiros comerciais dos Estados Unidos, e os mais competitivos, bem como apresentavam superávits na balança comercial. Contudo, com a instauração no novo padrão

monetário internacional e conseqüentemente com a flexibilização da taxa de câmbio, o jogo de interesses começa a mudar.

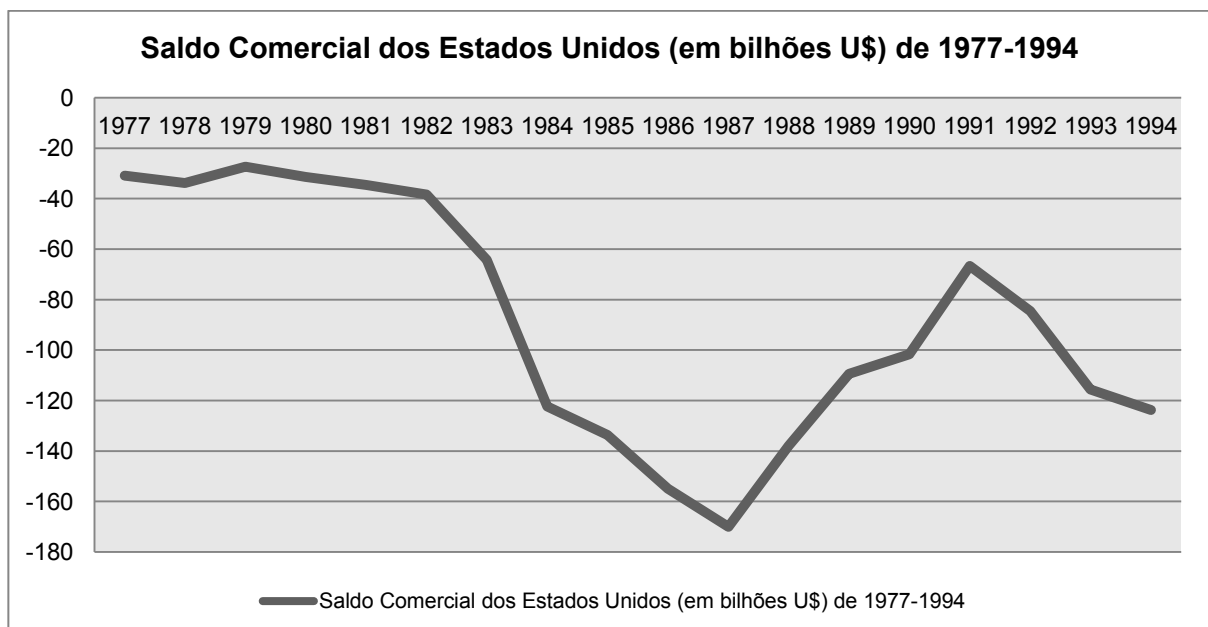
Sendo assim, os Estados Unidos a partir de 1976 com o Acordo da Jamaica, e principalmente entre 1979 a 1983 demonstra sua capacidade, um tanto quanto auto-interessada, de exercer seu poder hegemônico e de ajustar todos os países, através necessariamente de recessões e reajustes na taxa cambial. Em 1984 a elite financeira norte americana, sobre administração de Reagan cria ao mundo uma nova divisão do trabalho e apresenta-se como a locomotiva comercial que garantirá a recuperação mundial. Neste contexto que em 1985 o Acordo de Plaza, efetivamente apresenta-se. De acordo com Maria da Conceição Tavares:

Um aspecto fundamental desse processo de restauração da posição hegemônica dos EUA fica evidente quando analisamos as suas relações econômicas internacionais. Entre 1982 e 1984, os EUA conseguiram dobrar o seu déficit comercial a cada ano, o que juntamente com o recebimento de juros lhes permitiu absorver transferências reais de poupança do resto do mundo que só em 1983 corresponderam a cem bilhões de dólares, e em 1984 devem ter ultrapassado 150 bilhões. Por outro lado suas relações de troca melhoraram e os seus custos internos caíram, já que as importações que os EUA estão fazendo são as melhores e as mais baratas do mundo inteiro. Assim, sem fazer qualquer esforço intensivo de poupança e investimento, sem tocar em sua infra-estrutura energética, sem tocar na agricultura, sem tocar na velha indústria pesada, os EUA estão modernizando a sua indústria de ponta com equipamento baratos de último tipo e capitais de risco do Japão, da Alemanha, do resto da Europa e do mundo (TAVARES, 1985, p. 4).

Os Estados Unidos reafirma sua hegemonia mais uma vez, isso se torna evidente já que até então era o principal importador de mercadorias alemã e japonesa. Segundo Tavares (1985) o estado norte-americano exportava e importava todos os itens essenciais do comércio internacional, como matérias-primas, insumos industriais, bens de capital, produtos alimentícios e mercadorias baratas que conseqüentemente fomentava a modernizava de sua indústria pesada. Os Estados Unidos durante décadas exportou seu padrão tecnológico para o mundo, com a surpreendente ascensão da Alemanha e Japão no cenário internacional, os Estados Unidos, então, buscou retomar o centro tecnológico dominante, investindo principalmente no setor terciário e nas novas indústrias de tecnologia de ponta, garantindo assim a concorrência de sua velha indústria com os principais parceiros internacionais.

Associado a este mesmo contexto, é possível evidenciar no gráfico 1 a balança comercial dos Estados Unidos entre os anos de 1977 – 1994, na qual ela sempre esteve deficitária, contudo até 1982, pouco antes a efetiva assinatura do Acordo de Plaza, que desvalorizou a moeda americana, a balança apresentava uma diferença mínima entre as relações de importação e exportação. A partir de 1982 até 1987, as contas correntes do estado norte americano começaram a registrar déficits cada vez maiores saltando em menos de cinco anos de US\$ 38,4 bilhões em 1982 para US\$ 170 bilhões em 1987. Este fato foi consequência da estagnação das exportações e da redução do preço do petróleo, que forçaram o aumento das importações. Neste sentido, o Acordo de Plaza, foi fundamental para a diminuição do déficit na balança comercial americana, na qual em poucos anos os Estados Unidos conseguiram alavancar o ritmo das exportações e dos desequilíbrios no mercado cambial, forçando seus principais parceiros a manter a taxa da do câmbio sempre inferior ao dólar. Sendo assim, os Estados Unidos sai de um déficit comercial de US\$ 170 bilhões para US\$ 84,5 bilhões em 1991, entretanto por decisão do Fed em cortar as taxas de juros neste mesmo ano e posteriormente em 1994, fez com que houvesse uma queda novamente no saldo da balança comercial.

Gráfico 1

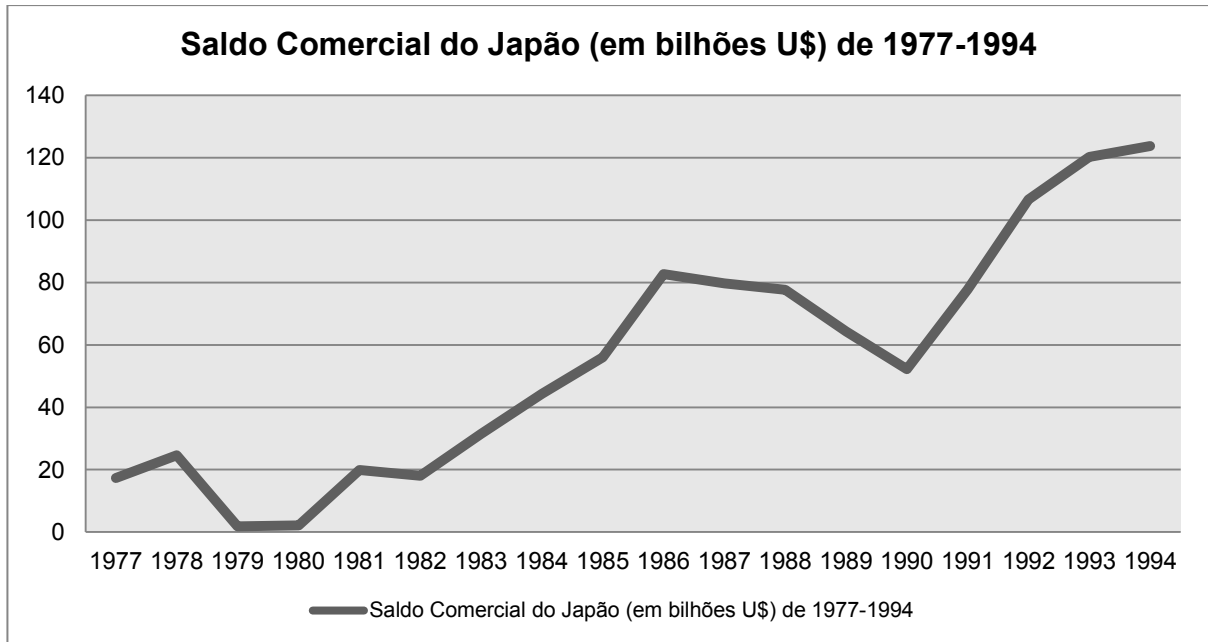


Fonte: FMI, International Financial Statistics, vários números, Bank of Japan, Economic Statistics Annual, 1986.

Quando analisamos a relação comercial (importação e exportação) do Japão, é visivelmente identificado que sempre houve um superávit em conta corrente

japonesa, essencialmente pela parceria comercial que exercia com os Estados Unidos. Sendo assim, é possível observar no Gráfico 2 que durante os anos de 1977 à 1982 o saldo em bilhões na balança comercial apresentou uma pequena oscilação, contudo a partir de 1982 o saldo que era de US\$ 18,1 bilhões passou para US\$ 82,7 bilhões em 1986, este super crescimento está associado principalmente aos déficits comerciais dos Estados Unidos, colocando o Japão na situação de um dos maiores credores líquidos do mundo. Esse quadro levou o Japão a enfrentar dois grandes problemas, o primeiro deles está relacionado à transferência para o exterior de dólares excedente, e o segundo problema, com a qual o Japão ficou exposto, era como lidar com as pressões norte-americanas na flexibilização das importações de bens e serviços e a conseqüente liberalização do mercado financeiro. Desta forma, com o Acordo de Plaza, em 1985, e as efetivas mudanças no mercado cambial, o iene que se encontrava em 240 unidades por dólar, passa em 1987 para 130 ienes por dólares e a balança comercial mostra uma diminuição considerável passando US\$ 79,7 bilhões em 1987 para US\$ 52,2 em 1990, ou seja, a valorização da moeda japonesa provocou a redução dos lucros nos setores exportadores e na taxa de crescimento da economia. Ainda analisando o Gráfico 2, a partir de 1990 é visível um crescimento no saldo da balança comercial japonesa, de US\$ 52,2 bilhões neste mesmo ano para US\$ 123,7 bilhões em 1994, esta reaceleração do superávit, segundo Torres Filho, se dá:

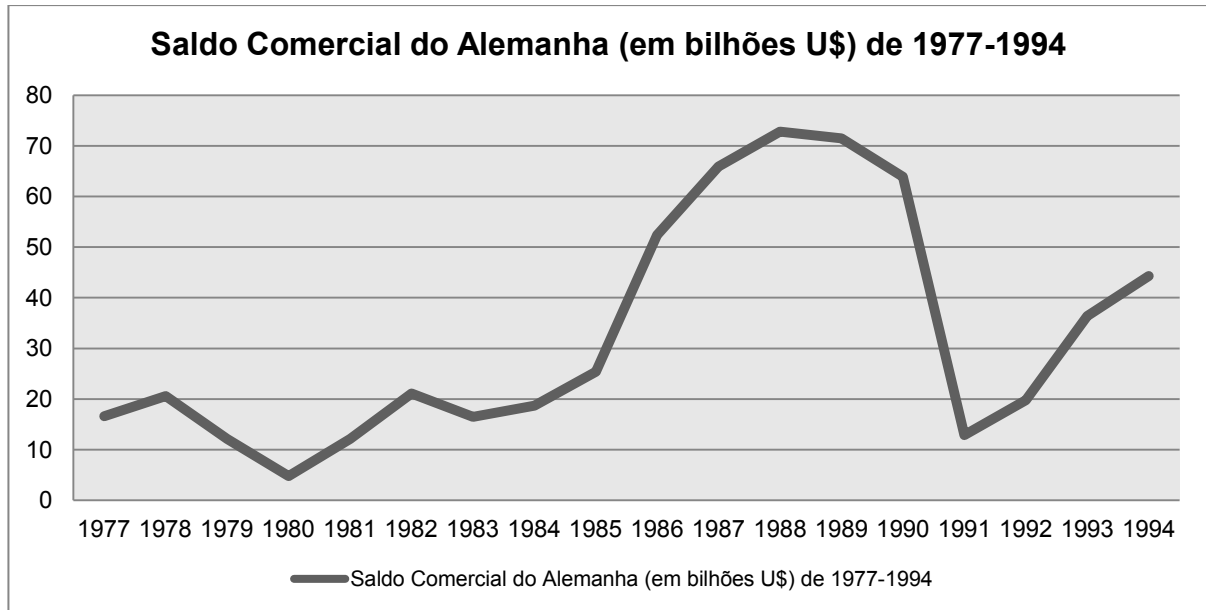
(...) em boa medida, decorrente do ajuste recessivo que se seguiu à bolha. As empresas, em reação à frustração de suas expectativas de crescimento da demanda interna, aceleraram suas vendas ao mercado externo. Ao mesmo tempo, a redução no nível de atividade doméstico limitou as importações, fazendo com que seu valor global estagnasse no período. Este processo aumentou a rapidez do processo de reestruturação da indústria japonesa, fazendo com que declinassem ainda mais suas exportações de bens de consumo durável, especialmente na área de aparelhos audiovisuais e de informática, e aumentasse, em contrapartida, as vendas de máquinas e equipamentos. A participação desses bens na pauta japonesa aumentou de 48% em 1985 para 62 % em 1994 (TORRES FILHO, 1997, p. 11).

Gráfico 2

Fonte: FMI, International Financial Statistics, vários números, Bank of Japan, Economic Statistics Annual, 1986.

Ao analisarmos o saldo da balança comercial da Alemanha, facilmente constatamos que é bem parecido com a do Japão, uma vez que sempre apresentou superávits em conta corrente, contudo há algumas mudanças claras. Quando visualizamos o Gráfico 3, é possível observar que entre o período de 1977 à 1983 houve uma pequena oscilação no saldo da balança. Entretanto, o mesmo não ocorre nos anos subsequentes, uma vez que a partir de 1983 inicia-se um crescimento substancial no nível de exportações, fomentando consequentemente o resultado da balança comercial, ou seja, de US\$ 16,5 bilhões no ano de 1983 para US\$ 72,8 bilhões em 1988, este crescimento está relacionado essencialmente ao fato do estado alemão manter, sobretudo, uma parceria estratégica com o Sistema Monetário Europeu, bem como através de cortes limitados nos impostos. Contudo, o Acordo de Plaza, não deixou de causar desconforto à economia Alemã, isso se torna evidente a partir de 1988, na qual o saldo da balança comercial Alemanha, desde então começou a apresentar uma expressiva queda, passando de US\$ 71,5 bilhões em 1989 para US\$ 12,9 bilhões em 1991, este descompasso foi resultado da desvalorização da moeda norte-americana que disparou em 1988 e 1989, aliado ao fato de os Estados Unidos pouco se disporem em realizar mudanças em suas políticas domésticas, e nas políticas relacionadas ao câmbio.

Gráfico 3



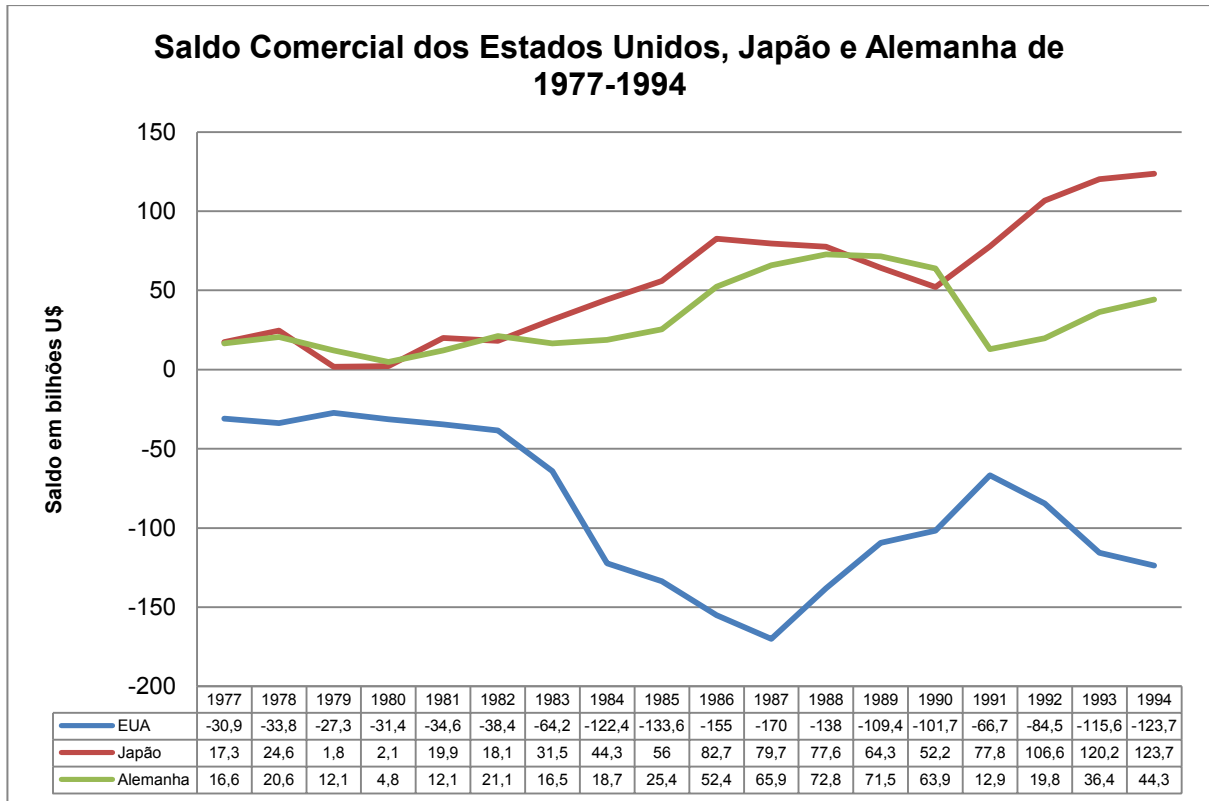
Fonte: Estatística Financeiras Internacionais, Anuário do FMI – 1979 e 1998.

Baseado na tabela do livro: *Alemanha visões brasileiras*. Org. Samuel Pinheiro Guimarães. Brasília, CAPES (Fundação Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior) e IPRI (Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão), 2000

A Alemanha conseguiu aumentar o saldo na balança comercial nos anos posteriores a 1991, porém de uma maneira mais lenta subindo de US\$ 19,8 bilhões em 1992, para US\$ 44,3 bilhões em 1994, vale ressaltar que esses resultados estão associados a políticas de incentivo adotadas pelo Sistema Monetário Europeu, através de Estágios (foram três), que juntamente com a criação de um Instituto monetário Europeu, estimularam a coordenação de políticas macroeconômicas, bem como incentivaram o planejamento a transição para uma união monetária.

Assim sendo, ao analisarmos o saldo da balança comercial tanto dos Estados Unidos, quanto do Japão e da Alemanha, é possível observar que o Acordo de Plaza foi fundamental para estabelecer algumas mudanças na estrutura monetária e econômica destes países. Neste sentido, o Gráfico 4 mostra o saldo da balança comercial dos três países juntos.

Gráfico 4



Fonte: FMI, International Financial Statistics, vários números; Bank of Japan, Economic Statistics Annual, 1986.

Indiscutivelmente, os Estados Unidos obtiveram vantagens econômicas com o Acordo de 1985, uma vez que a desvalorização do dólar, que forçou a valorização das demais moedas dos países pertencentes ao G-5, proporcional uma diminuição no déficit na balança comercial do estado norte-americano, bem como auxiliou na reafirmação de sua hegemonia, principalmente em relação ao Japão e a Alemanha países superavitários, concorrentes dos Estados Unidos, mas que diante de sua hegemonia se viram incapazes de arcar com os custos do jogo.

O Japão e a Alemanha sentiram fortemente os rumos que se desenharam os anos subsequentes ao Acordo, já que além de diminuírem os superávits na balança comercial, obrigaram-se a manter o valor de suas moedas inferiores ao dólar, que influenciou diretamente, de forma negativa, nas relações econômicas nacionais e em âmbito internacional. Robert Brenner, 2003, afirma que:

(...) embora o reflorescimento americano tenha se dado em grande parte à custa de seus mais importantes concorrentes, o fato de assim fazer, veio, em última análise, à custa da própria economia dos Estados Unidos. A recuperação americana do início dos anos 1990 foi portanto em si limitada pelo sempre mais lento crescimento da demanda mundial, e em particular pela intensificação da competição

internacional no setor manufatureiro a esse relacionada, que exerceu uma pressão para baixo excruciante nos preços por toda a economia mundial. Talvez mais diretamente em questão, em uma economia mundial interdependente, a economia dos Estados Unidos não podia com facilidade sustentar uma crise verdadeiramente séria de seus principais parceiros e rivais. Assim como o Japão e a Alemanha foram obrigados a aceitar a grandes custos o Acordo de Plaza e um dólar em queda para salvar o setor manufatureiro americano de sua crise da primeira metade dos anos 1980, também os Estados Unidos logo se veriam obrigados a aceitar um bem similar resgate do setor manufatureiro japonês fadado a uma crise (...) (BRENNER, 2003, p. 184).

Diante do contexto que se instaurou com o Acordo de Plaza em 1985, fazia-se necessário uma readequação na economia mundial. O Japão e a Alemanha salvaram a economia norte-americana durante período que vigorou o acordo. Sendo assim, tornava-se preciso que os Estados Unidos estabelecessem alguma medida para salvar a economia da crise. Neste sentido, Robert Rubin, secretário do Tesouro americano, de março a agosto de 1995, ratificou um novo acordo com o governo japonês e alemão que pressionou para baixo o iene e o marco e forçou o dólar para cima. Esta medida ficou conhecida como Acordo de Plaza Invertido. Conforme apresentado por Brenner, 2003:

A economia americana renunciou à decisiva vantagem competitiva que a sua moeda em queda vinha proporcionando ao seu renascente setor de fabricação por quase uma década. Ganhava em troca, no entanto, a possibilidade tanto de um enorme influxo de fundos de investimento vindos do estrangeiro como de uma enxurrada de importações baratas. A primeira, podia-se esperar, ajudaria a cobrir não só o crescente déficit de conta corrente da economia, mas também a baixar as taxas de juros e elevar o valor das ações. A última, podia-se contar, empurraria para baixo os preços domésticos, tomando para si um pouco de função do Fed de conter a inflação (BRENNER, 2003, p.190).

O dólar que até então estava sendo pressionado para baixo em relação às demais moedas, ocasionando uma desaceleração na economia, essencialmente japonesa e alemã, adquire um novo rumo. Desta forma o Acordo de 1995, estabeleceu a valorização da moeda americana. Para ilustrar este cenário William Greider, em sua obra *O mundo na corda bamba*, afirma que:

A estratégia japonesa de enfatizar o conteúdo de alta tecnologia também tinha seu lado avesso. Quando o iene valia 150 dólares, na década de 80, os Toyotas podiam ser embarcados com motores avançados e elaborados equipamentos e darem lucro. Quando dólar mergulhou para abaixo de 100 ienes, o mesmo aconteceu com o lucro por carro da Toyota. James Harbour, analista de Detroit, calculou que, por volta de 1995 a Toyota ganhava apenas US\$ 50

em cada carro vendido nos Estados Unidos, enquanto a margem da Chrysler era de cerca de US\$ 1200 por carro (GREIDER, 1997, p.129).

Diante do exposto, é válido afirmar que o dólar como moeda internacional, pode e é utilizada como um instrumento de regulação do Sistema Monetário Internacional. Os Estados Unidos tendo posse da moeda internacional consegue proporcionar ao seu país enormes vantagens econômicas, já que por ser emissor de papel moeda internacional garante a possibilidade, inclusive, de financiar seus déficits com sua própria moeda. Além de instaurar no cenário econômico mundial, essencialmente em períodos críticos, de incertezas e desconfiança, um meio de regulação, uma vez que se estes empecilhos se não forem solucionados podem gerar instabilidades econômicas e conseqüentemente crises, recessões e depressões. Neste sentido, a hegemonia norte-americana focada no dólar, moeda internacional, estabelece a liderança e o equilíbrio econômico que os Estados Unidos vem almejando no Sistema Monetário Internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O longo período que se estendeu do final do padrão bimetálico até o padrão dólar flexível, desenha o quadro de ascensão da moeda norte-americana. Gradativamente, os Estados Unidos vão ganhando espaço no Sistema Monetário Internacional, e conseqüentemente o dólar adquire status de moeda Internacional. Este status garante aos Estados Unidos, além de influenciar diretamente na economia mundial, um privilégio único, uma vez que pelo fato de ser o país emissor de moeda internacional, eles são capazes de financiar seus déficits com sua moeda doméstica, possibilitando a diminuição de custos econômicos e político, e adotando medidas mais alinhadas internamente para conter desequilíbrios externos.

O Sistema Monetário Internacional pode ser considerado eficiente quando é capaz de solucionar problemas como liquidez, ajuste e confiança. Contudo, segundo Arienti (2013) uma moeda internacional para ser eficaz precisa exercer, inclusive, algumas funções essenciais, ou seja, deve ser unidade de conta; meio de troca; e reserva de valor tanto em âmbito privado, aceitas em transações internacionais, quanto no público, apresentando-se como unidade de conta mensurando a fixação do câmbio, é um referencial para valorar as outras moedas. Sendo assim, a moeda exerce a função de meio de troca quanto é utilizada em transações internacionais como instrumento de intervenção para estabilizar o valor de outra moeda doméstica. Como unidade de conta, quando ela funciona como uma medida para definir os preços e os contratos internacionais. Enfim, cumpre a função de reserva de valor, quando a moeda internacional passa a ser usada como lastro de riqueza financeira. Neste contexto, o dólar é a única moeda capaz de exercer essas funções, além de ser considerado o ativo mais líquido e confiante do sistema monetário internacional.

Os Estados Unidos, essencialmente, com o fim da Primeira Guerra Mundial conseguiu galgar uma posição favorável econômica e politicamente em esfera mundial, isso aconteceu fundamentalmente, pois saiu praticamente ileso no pós-guerra. Desta forma, foi adquirindo eventualmente um alto grau de autonomia nas relações econômicas internacionais, bem como no Sistema Monetário Internacional. A Inglaterra principal ator do padrão ouro clássico, que se estendeu de 1870 até 1914, não mais dispunha da mesma força para manter a conversibilidade de sua moeda em ouro no pós-guerra, então os Estados Unidos que já se utilizava do ouro assim como a Grã-Bretanha em transações internacionais, viu-se diante de um novo

desafio, ou seja, em meio a conseqüente desestabilidade do poder britânico surge o dólar como moeda internacional, efetivamente instaurada com o Acordo de Bretton Woods em 1944, que inaugura o padrão dólar-ouro.

Conforme Ratti (1997), o Sistema de Bretton Woods vigorou de 1946 até o início dos anos de 1970, o Acordo estabelecido em 1944 procurou manter em bom ordenamento as taxas de câmbio, sendo que as moedas dos outros países deveriam manter seu valor em termos de ouro ou dólares. Durante muitos anos os Estados Unidos conseguiram manter o bom funcionamento do sistema. No final da década de 1960, o sistema começa a dar os primeiros sinais de instabilidade, isto se deve essencialmente ao fato do surgimento crescente de déficits no balanço de pagamento do estado norte-americano, bem como as conseqüências negativas da Guerra do Vietnã, levou a um aumento da procura de ouro. Sendo assim, os Estados Unidos começaram a dificultar a conversibilidade de dólares em ouro. Então, em meado dos anos de 1968, a conversão que era um fato cotidiano passa a ser negociada. O constante aumento dos déficits no balanço de pagamento do estado norte-americano, principalmente em 1970, apresenta o cenário que estava por vir, ou seja, o dólar necessitava de uma desvalorização para conseguir manter minimamente sua economia e não gerar déficits em conta corrente. Neste sentido, em 15 de agosto de 1971, os Estados Unidos declaram que não mais converteriam dólares em ouro. Esta decisão representou o fim do padrão dólar-ouro.

Com a suspensão a conversibilidade do dólar em ouro, os Estados Unidos tentaram manter por alguns meses a taxa de câmbio inalterada, contudo, a desvalorização fazia-se necessária. Desta forma, a primeira desvalorização foi realizada em dezembro de 1971 e posteriormente em fevereiro de 1973, ocasionada, essencialmente, pela crise do petróleo. Estas desvalorizações estavam amparadas no Acordo Smithsoniano, assinado em 18 de dezembro de 1971, e deram abertura a adoção do sistema flutuante por parte de muito países. Neste contexto, o Sistema Monetário Internacional precisar com urgência de uma reforma. Discussões sobre taxas fixas e flutuantes vieram a tona, a primeira representada pela França e a última amparada pelos Estados Unidos. Então em 1975 ambos os países se reuniram em uma reunião em Rambouillet, França, e decidiram preliminarmente adotar uma taxa de câmbio flutuante. Este acordo inicial auxiliou na efetivação do Acordo de Jamaica em janeiro de 1976, junto aos países-membros do

FMI, que oficializou o sistema de taxas flutuantes e conseqüentemente a instauração do padrão dólar-flexível.

O padrão dólar-flexível estabelece uma maior autonomia sobre soberania das moedas nacionais, já que as políticas monetárias a partir de então seriam amparadas e reguladas em dólares, mas com taxas de câmbio flutuantes. Contudo, essa flexibilidade cambial não garantiu a solução para todas as crises do antigo padrão, uma vez que em meados dos anos 1980, algumas economias cresceram e outras não. Sendo assim, é válido afirmar que a economia mundial adquire neste período uma nova face, já que o contexto assume um caráter de maior interdependência comercial entre os países. Diante deste cenário, os Estados Unidos ocupam uma posição de poder que determina e assume uma importância decisiva para o Sistema Monetário Internacional, uma vez que efetivamente a supremacia a moeda americana é colocada em pauta. Entretanto, os déficits na balança comercial dos Estados Unidos eram anualmente maiores, e a solução para esta instabilidade seria a pressionar o dólar para baixo. Neste sentido, o Acordo de Plaza, assinado no Plaza Hotel em Nova York, no ano de 1985, junto aos líderes dos países pertencentes ao G-5 (Alemanha, França, Estados Unidos, Japão e Reino Unido), veio estabelecer a desvalorização da moeda norte-americana, bem como determinar a valorização das moedas dos demais países do grupo. Os mais prejudicados com Acordo foi a Alemanha e o Japão, que eram os principais parceiros comerciais superavitários e concorrentes dos Estados Unidos.

O Acordo de Plaza foi um dos elementos fundamentais para garantir aos Estados Unidos à reafirmação de sua hegemonia, uma vez que forçou a valorização do iene japonês e do marco alemão, diminuindo consideravelmente os elevados déficits no saldo da balança comercial dos Estados Unidos, essencialmente em 1982, anos antes da efetivação do Acordo, até 1987. Este período representou inclusive um aumento consideráveis nos níveis de exportações, pautadas no dólar em queda, e na contenção do crescimento salarial, bem como um posterior investimento na produtividade e nos investimentos na indústria pesada.

Os Estados Unidos conseguiu adquirir gradativamente o status de potência hegemônica internacionalmente, conseqüentemente buscou um espaço no Sistema Monetário Internacional, sua hegemonia garantiu que sua moeda se tornasse a moeda de caráter global. Efetivamente de Bretton Woods ao padrão dólar-flexível,

os Estados Unidos diretamente vem determinando as regras do jogo. O dólar não possui soberania por si só, mas apresenta duas faces, uma de moeda internacional e outra de moeda doméstica, entretanto não deixa de ser a moeda norte-americana. Neste sentido, afirmar a obtenção de vantagens políticas e econômicas por possuir a moeda internacional é uma hipótese aceitável, uma vez que somente o fato de ter o privilégio de controlar e emitir uma moeda internacional, já lhe possibilita estabelecer ajustes internos e conter desequilíbrios externos. Mas para, além disso, visualizamos o Acordo de Plaza que mostrou a reafirmação da hegemonia dos Estados Unidos e apresentou como variação na taxa de câmbio é capaz de salvar uma economia, bem como arruinar outras. Diante disto, finalizo minha pesquisa com a certeza que o estado norte-americano se utiliza do dólar, moeda chave do Sistema Monetário Internacional, para agregar benefícios econômicos e estratégicos para si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIENTI, Patricia. *O dólar como moeda internacional e os limites da autonomia de política dos Estados Unidos*. Boletim Meridiano, Vol. 14, nº 140, p. 3 – 10, novembro-dezembro/2013.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX. dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha: Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- COHEN, Benjamin J. *Organizing the World's Money: The Political Economy of International Monetary Relations*. New York: Basic Books, 1977.
- DATHEIN, Ricardo. *Sistema Monetário Internacional e Globalização Financeira nos Sessenta Anos de Bretton Woods*. Rio de Janeiro, Revista Soc. Bras. Economia Política, nº 16, p. 51-73, junho 2005.
- EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: Uma história do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- EICHENGREEN, Barry. *Privilégio Exorbitante: A ascensão e queda do dólar e o futuro do Sistema Monetário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.
- FERGUSON, Niall. *A ascensão do dinheiro: A história Financeira do mundo*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.
- GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais. Capítulo 4*. Brasília: Editora Unb, 2002.
- GREIDER, William. *O mundo na corda bamba: Como entender o Crash Global*. São Paulo, Geração Editorial, 1998.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Alemanha visões brasileiras*. Brasília, CAPES (Fundação Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior) e IPRI (Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão), 2000.
- GYOHTEN, Toyoo e VOLCKER, Paul. *A Nova Ordem Econômica*. Porto Alegre, Editora: Ortiz, 1993.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914/1991*. São Paulo, Editora: Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Editora: Campus, 1991.

- MILES, David e SCOTT, Andrew. *Macroeconomia: Compreendendo a Riqueza das Nações*. São Paulo, Editora: Saraiva, 2005.
- PEREIRA, João Basílio e CURADO, Marcelo. *Sistema Monetário Internacional, Cooperação e Competição: Um Ensaio sobre Guerra Cambial*. Série Working Paper BNDES/ANPEC No. 38, 2012.
- RATTI, Bruno. *Comércio Internacional e Câmbio*. São Paulo: Aduaneiras Informações sem Fronteiras, 1997.
- SERRANO, Franklin. *Do ouro imóvel ao dólar flexível*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 237-253, jul./dez. 2002.
- SERRANO, Franklin. *Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível*. In FIORI (org.). O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- SOBRINHO, José Dutra Vieira. *Taxa de juros: nominal, efetiva ou real?*. São Paulo, Revista de Administração de Empresas, vol. 21, nº 1, janeiro-março/1981.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira. *A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa*. Revista de Economia Política, vol. 17, nº 1 (65), janeiro-março/1997.
- TAVARES, Maria da Conceição. *A retomada da hegemonia norte-americana*. Revista de Economia Política, Vol. 5, nº 2, abril-junho/1985.